

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 23/2003

de 1 de Abril

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificada a Convenção Consular entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia, assinada em Moscovo em 26 de Outubro de 2001, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 23/2003, em 28 de Novembro de 2002.

Assinado em 6 de Março de 2003.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 12 de Março de 2003.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 23/2003

Aprova a Convenção Consular entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia, assinada em Moscovo em 26 de Outubro de 2001.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar a Convenção Consular entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia, assinada em Moscovo em 26 de Outubro de 2001, cujas cópias autenticadas nas línguas portuguesa e russa constam de anexo à presente resolução.

Aprovada em 28 de Novembro de 2002.

O Presidente da Assembleia da República, *João Bosco Mota Amaral*.

CONVENÇÃO CONSULAR ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

A República Portuguesa e a Federação da Rússia, abaixo designadas como as Partes:

Tendo em vista o desenvolvimento das relações de amizade entre os dois Estados, com o objectivo da mais eficaz defesa dos direitos e interesses dos respectivos cidadãos;

Motivadas pelo desejo de fortalecer as relações consulares entre si;

Confirmando que, relativamente a questões não estabelecidas na presente Convenção, serão aplicadas as disposições da Convenção de Viena sobre as Relações Consulares de 24 de Abril de 1963;

decidiram celebrar a presente Convenção e com este propósito acordaram no seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Definições

1 — Para os efeitos da presente Convenção, as expressões abaixo mencionadas devem ser entendidas como a seguir se indica:

- a) Por «posto consular», todo o consulado-geral, consulado, vice-consulado ou agência consular;
- b) Por «área de jurisdição consular», o território atribuído a um posto consular, para o exercício das funções consulares;
- c) Por «chefe de posto consular», a pessoa encarregada de agir nesta qualidade;
- d) Por «funcionário consular», toda a pessoa, incluído o chefe do posto consular, encarregada, nesta qualidade, do exercício de funções consulares;
- e) Por «empregado consular», toda a pessoa empregada nos serviços administrativos ou técnicos do posto consular;
- f) Por «membro do pessoal de serviço», toda a pessoa empregada no serviço doméstico do posto consular;
- g) Por «membro do posto consular», os funcionários consulares, empregados consulares e os membros do pessoal de serviço;
- h) Por «membros do pessoal consular», os funcionários consulares, com excepção do chefe do posto consular, os empregados consulares e os membros do pessoal de serviço;
- i) Por «membro do pessoal privativo», toda a pessoa empregada exclusivamente no serviço particular de um membro do posto consular;
- j) Por «instalações consulares», os edifícios ou parte dos mesmos e terrenos anexos que, qualquer que seja o seu proprietário, sejam utilizados exclusivamente para o exercício das funções consulares;
- k) Por «arquivos consulares», todos os papéis, documentos, correspondência, livros, filmes, suportes electrónicos de informação, gravações de áudio e vídeo, registos do posto consular, juntamente com as chaves e códigos, os ficheiros e outros equipamentos, destinados à sua conservação e armazenamento;
- l) Por «embarcação do Estado que envia», todo o navio, excepto os navios de guerra, autorizado a navegar com a bandeira do Estado que envia e que nele se encontra matriculado;
- m) Por «aeronave do Estado que envia», toda a aeronave, excepto as aeronaves de guerra, matriculada no Estado que envia, autorizada a utilizar os símbolos distintivos desse Estado.

2 — Existem duas categorias de funcionários consulares: os funcionários consulares de carreira e os funcionários consulares honorários. As disposições do capítulo III da presente Convenção aplicam-se aos postos consulares dirigidos por funcionários consulares de car-

reira; as disposições do capítulo v aplicam-se aos postos consulares dirigidos por funcionários consulares honorários.

CAPÍTULO II

Estabelecimento do posto consular e nomeação dos respectivos funcionários

Artigo 2.º

Estabelecimento do posto consular

1 — O posto consular do Estado que envia não poderá ser estabelecido no território do Estado receptor sem o seu consentimento.

2 — A sede, a categoria e a área da jurisdição do posto consular serão determinadas por acordo entre o Estado que envia e o Estado receptor.

3 — As modificações da sede, categoria e área de jurisdição do posto consular apenas podem ser realizadas pelo Estado que envia com o consentimento do Estado receptor.

4 — É igualmente necessário o consentimento do Estado receptor se um consulado-geral ou consulado desejar estabelecer um vice-consulado ou uma agência consular numa localidade diferente daquela onde se situa o posto consular.

5 — O consentimento prévio e expresso do Estado receptor é igualmente necessário para abertura de um escritório fora da sede consular da qual dependerá.

Artigo 3.º

Nomeação e admissão do chefe do posto consular

1 — Antes de nomear o chefe do posto consular, o Estado que envia deverá obter, por via diplomática, o consentimento do Estado receptor sobre a pessoa proposta para tal nomeação.

2 — Se o Estado receptor não der o seu consentimento à nomeação de uma determinada pessoa como chefe do posto consular, não estará obrigado a comunicar ao Estado que envia os motivos da sua recusa.

3 — O Estado que envia dirigirá por via diplomática ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado receptor a carta-patente sobre a nomeação do chefe do posto consular. Neste documento estarão indicados o nome e apelidos completos do chefe do posto consular, a sua nacionalidade, bem como a categoria e sede do posto consular e respectiva área de jurisdição consular.

4 — Ao ser apresentada a carta-patente sobre a nomeação do chefe do posto consular, o Estado receptor outorgará no menor prazo possível a autorização, denominada «exequátur».

5 — Sem prejuízo das disposições do n.º 6 do presente artigo e do artigo 4.º, o chefe do posto consular não pode iniciar o exercício das suas funções antes de lhe ser concedido o exequátur.

6 — O Estado receptor pode autorizar o chefe do posto consular a desempenhar provisoriamente as suas funções antes de lhe ser concedido o exequátur. Neste caso, são aplicáveis as disposições da presente Convenção.

7 — Logo que o chefe do posto consular esteja autorizado, ainda que provisoriamente, a desempenhar as suas funções, o Estado receptor notificará as autoridades competentes da área de jurisdição consular. Além disso, tomará as medidas necessárias para que o chefe do posto consular possa exercer as suas funções e beneficiar dos privilégios previstos na presente Convenção.

Artigo 4.º

Exercício, a título temporário, das funções de chefe do posto consular

1 — Se o chefe do posto consular não puder exercer as suas funções ou se o cargo de chefe de posto consular estiver vago, as suas funções serão desempenhadas a título provisório pelo seu substituto legal.

2 — O nome e apelidos completos do substituto legal do chefe do posto consular serão comunicados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado receptor ou ao organismo indicado por este, pela missão diplomática do Estado que envia ou, na falta de uma missão diplomática deste Estado no Estado receptor, pelo chefe do posto consular ou, se este não estiver em condições de fazê-lo, por qualquer órgão competente do Estado que envia. Como regra geral, esta comunicação deverá ser feita previamente. O Estado receptor poderá sujeitar à sua aprovação a admissão como chefe interino de pessoa que não seja nem agente diplomático nem funcionário consular do Estado que envia no Estado receptor.

3 — Os órgãos competentes do Estado receptor prestarão assistência e protecção ao substituto legal do chefe do posto consular. Durante a sua gerência do posto consular, são-lhe aplicáveis as disposições da presente Convenção como o seriam ao chefe do posto consular correspondente. Todavia, o Estado receptor não é obrigado a conceder ao chefe interino as facilidades, privilégios e imunidades cujo gozo pelo chefe de posto esteja subordinado a condições que o chefe interino não reúna.

4 — Se um membro do pessoal diplomático do Estado que envia no Estado receptor for designado substituto legal do chefe do posto consular, de acordo com as disposições do n.º 1 do presente artigo, continua a beneficiar dos privilégios e imunidades que lhe são atribuídos pelo seu estatuto diplomático se a tal não se opuser o Estado receptor.

Artigo 5.º

Nomeação dos membros do pessoal consular

1 — Sem prejuízo das disposições constantes dos artigos 6.º e 7.º, o Estado que envia poderá nomear livremente os membros do pessoal consular.

2 — O Estado que envia comunicará com antecedência ao Estado receptor o nome e apelidos completos, a categoria e a classe de todos os funcionários consulares, à excepção do chefe do posto consular, para que o Estado receptor possa, se o desejar, exercer os seus direitos previstos no n.º 3 do artigo 7.º

3 — Após a sua chegada, o Estado receptor emitirá a todos os membros do posto consular e aos membros das suas famílias os documentos correspondentes ao seu estatuto.

Artigo 6.º

Nacionalidade dos funcionários consulares

1 — O funcionário consular de carreira terá a nacionalidade do Estado que envia.

2 — O funcionário consular honorário poderá ter a nacionalidade do Estado que envia ou outra diferente.

Artigo 7.º

Funcionário declarado *persona non grata*

1 — O Estado receptor poderá em qualquer momento informar, por via diplomática, o Estado que envia que um funcionário consular é *persona non grata* ou que

qualquer membro do pessoal consular não é aceitável. Nestas circunstâncias, o Estado que envia deverá retirar a pessoa em causa ou pôr termo às suas funções nesse posto consular, conforme o caso.

2 — Se o Estado que envia se recusar a cumprir, ou não cumprir num prazo razoável as suas obrigações, previstas no n.º 1 do presente artigo, o Estado receptor poderá, conforme o caso, retirar o exequátur à pessoa em causa ou deixar de a considerar como membro do pessoal consular.

3 — A pessoa nomeada como membro do posto consular poderá ser declarada inaceitável antes da sua chegada ao território do Estado receptor, ou, se este se encontra já no Estado receptor, antes de iniciar as suas funções no posto consular. Em qualquer destes casos, o Estado que envia anulará a sua nomeação.

4 — Nos casos mencionados nos n.ºs 1 e 3 do presente artigo, o Estado receptor não estará obrigado a comunicar ao Estado que envia os motivos da sua decisão.

Artigo 8.º

Notificação ao Estado receptor das nomeações, chegadas e partidas

1 — O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado receptor ou o órgão por ele indicado serão notificados:

- a) Da nomeação dos membros do posto consular, da sua chegada após ser nomeado para o posto consular, da sua partida definitiva ou do termo das suas funções e de quaisquer outras modificações que afectem o seu estatuto, ocorridas durante o tempo em que servirem no posto consular;
- b) Da chegada e partida definitiva de pessoa da família de um membro do posto consular que com ele viva, e, sendo caso disso, do facto de uma pessoa se tornar ou deixar de ser membro da família;
- c) Da chegada e partida definitiva dos membros do pessoal privativo e, sendo caso disso, do termo dos seus serviços nessa qualidade;
- d) Do contrato e dispensa de pessoas residentes no Estado receptor, quer membros do posto consular, quer membros do pessoal privativo, que tiverem direito a privilégios e imunidades.

2 — Na medida do possível, a comunicação da chegada e partida definitiva deve ser feita com antecedência.

Artigo 9.º

Funcionários consulares honorários

1 — Cada Parte poderá, com o consentimento da outra Parte, nomear um funcionário consular honorário para o exercício das funções consulares.

2 — A sede do posto consular dirigido pelo funcionário consular honorário, a sua categoria e a área de jurisdição consular serão determinadas pelo Estado que envia, após consulta com o Estado receptor.

3 — A actividade privada comercial ou qualquer outra actividade do funcionário consular honorário desenvolve-se independentemente do exercício das suas funções consulares. Os arquivos do posto consular dirigido pelo funcionário consular honorário deverão ser objecto de tratamento separado do expediente não relacionado com o exercício das funções consulares.

CAPÍTULO III

Privilégios, facilidades e imunidades

Artigo 10.º

Aquisição das instalações consulares

1 — O Estado que envia terá direito, em seu nome ou através de qualquer pessoa individual ou colectiva encarregada para tal pelo Estado que envia, a adquirir, obter em usufruto ou, de qualquer outra maneira, entrar na posse, de acordo com as leis e regulamentos do Estado receptor e com o seu consentimento, de:

- a) Prédios ou partes de prédios para as instalações consulares, residência do chefe do posto consular, assim como moradias para qualquer membro do pessoal consular que não seja nacional ou não tenha residência permanente no Estado receptor;
- b) Lotes de terreno, destinados à construção de tais instalações consulares ou moradias.

2 — Em caso de necessidade, o Estado receptor prestará o apoio e auxílio adequados ao Estado que envia, para o exercício dos direitos mencionados no n.º 1 do presente artigo.

3 — O Estado que envia deverá cumprir as leis e regulamentos do Estado receptor que regulam a localização e o projecto de edifícios, bem como as normas urbanísticas locais.

Artigo 11.º

Protecção dos membros do posto consular

1 — O Estado receptor concederá todas as facilidades para o exercício das funções do posto consular.

2 — O Estado receptor tratará os funcionários consulares com o respeito devido e tomará todas as medidas adequadas para evitar todo o tipo de ofensas contra a pessoa, liberdade e dignidade dos membros do posto consular que não possuam a nacionalidade do Estado receptor, nem o estatuto de residência permanente, assim como dos membros das famílias que vivam a título permanente com qualquer das pessoas acima mencionadas.

Artigo 12.º

O escudo e a bandeira nacionais

1 — O Estado que envia terá direito a usar o seu escudo e a sua bandeira nacionais no Estado receptor, em conformidade com as disposições do presente artigo.

2 — A bandeira nacional do Estado que envia poderá ser içada e o escudo com as suas armas estar colocado no edifício ocupado pelo posto consular, sobre a sua porta de entrada, assim como na residência do chefe do posto consular e nos seus meios de transporte quando estes forem utilizados no cumprimento das suas obrigações oficiais.

3 — Ao exercer os direitos previstos no presente artigo, o Estado que envia observará as leis e regulamentos do Estado receptor.

Artigo 13.º

Inviolabilidade das instalações consulares

- 1 — As instalações consulares são invioláveis.
- 2 — As autoridades do Estado receptor não podem penetrar na parte das instalações consulares que são

utilizadas exclusivamente para o funcionamento do posto consular, salvo com o consentimento do chefe do posto consular, da pessoa por ele designada ou pelo chefe da missão diplomática do Estado que envia. Todavia, o consentimento do chefe do posto consular poderá ser presumido em caso de incêndio ou de outro sinistro que exija medidas de protecção imediatas. Em nenhuma circunstância poderão, contudo, essas autoridades infringir a inviolabilidade dos arquivos consulares, estudá-los ou copiá-los.

3 — O Estado receptor responsabilizar-se-á especialmente por tomar todas as medidas necessárias para impedir que as instalações consulares sejam invadidas ou danificadas, bem como para evitar qualquer perturbação da tranquilidade do posto consular ou ofensa contra a sua dignidade.

4 — As instalações consulares, os seus equipamentos, os bens do posto consular, bem como os seus meios de transporte, gozam de imunidade contra qualquer forma de requisição para fins de defesa nacional ou de utilidade pública do Estado receptor. No caso de se tornar necessária uma expropriação para os mesmos fins, serão tomadas todas as disposições apropriadas para que se não perturbe o exercício das funções consulares, e pagar-se-á ao Estado que envia uma indemnização rápida, adequada e efectiva.

Artigo 14.º

Inviolabilidade dos arquivos e documentos consulares

Os arquivos e documentos consulares serão sempre invioláveis, onde quer que se encontrem.

Artigo 15.º

Isenção fiscal das instalações consulares

1 — As instalações consulares e a residência do chefe do posto consular de que for proprietário ou inquilino o Estado que envia ou qualquer outra pessoa que actue em seu nome estarão isentos de todos os impostos e taxas nacionais, regionais e municipais, com excepção das taxas cobradas em pagamento de serviços específicos prestados.

2 — A isenção fiscal prevista no n.º 1 do presente artigo não se aplica aos impostos e taxas quando, segundo as leis e regulamentos do Estado receptor, devam ser pagos pela pessoa que contratou com o Estado que envia ou com a pessoa que actue em seu nome.

Artigo 16.º

Liberdade de deslocação

Sem prejuízo das suas leis e regulamentos sobre as zonas de acesso proibido ou limitado por razões de segurança nacional, o Estado receptor assegurará a liberdade de deslocação e circulação no seu território a todos os membros do posto consular.

Artigo 17.º

Liberdade de comunicação

1 — O Estado receptor permitirá e protegerá a liberdade de comunicação do posto consular para todos os fins oficiais. Nas suas relações com o Governo, as missões diplomáticas e outros postos consulares do Estado que envia, onde quer que estes se encontrem, o posto consular poderá utilizar todos os meios de comunicação

apropriados, inclusive correios diplomáticos e consulares, malas diplomáticas e consulares e mensagens em código ou cifra. Não poderá, contudo, o posto consular instalar e utilizar um posto emissor de rádio sem o consentimento do Estado receptor.

Na utilização dos meios de comunicação habituais, ao posto consular aplicar-se-ão as tarifas vigentes para as missões diplomáticas.

2 — A correspondência oficial do posto consular é inviolável. Pela expressão «correspondência oficial», entender-se-á toda a correspondência relativa ao posto consular e às suas funções.

3 — Todos os volumes que componham a mala consular deverão ser providos de sinais exteriores visíveis, indicadores da sua natureza, e apenas poderão conter correspondência e documentos oficiais ou objectos destinados exclusivamente ao uso oficial.

4 — A mala consular não poderá ser aberta ou retida. Todavia, se as autoridades competentes do Estado receptor tiverem sérios motivos para crer que a mala contém outros objectos que não sejam a correspondência, os documentos e os objectos mencionados no n.º 3 do presente artigo, poderão exigir que a mala seja aberta na sua presença por um representante autorizado do Estado que envia. Se as autoridades do Estado que envia recusarem tal pedido, a mala será devolvida ao seu lugar de origem.

5 — O correio consular deverá ser portador de um documento oficial que ateste a sua qualidade e precise o número de volumes que constituem a mala consular. A não ser que o Estado receptor o consinta, o correio consular não poderá ser cidadão do Estado receptor, nem residente permanente no Estado receptor, salvo se for nacional do Estado que envia. No exercício das suas funções este correio estará protegido pelo Estado receptor, gozará de inviolabilidade pessoal e não poderá ser objecto de qualquer forma de prisão ou detenção.

6 — O Estado que envia, as suas missões diplomáticas e postos consulares poderão nomear correios consulares *ad hoc*. Em tais casos, aplicar-se-ão as disposições do n.º 5 do presente artigo, sob a reserva de que as imunidades mencionadas no mesmo deixarão de ser aplicáveis no momento em que o correio tiver entregue ao destinatário a mala pela qual é responsável.

7 — A mala consular poderá ser confiada ao comandante de um navio ou aeronave do Estado que envia, que deverá chegar a um ponto de entrada autorizado. O comandante será portador de um documento oficial do qual conste o número de volumes que constituem a mala, mas não será considerado correio consular. Mediante prévio acordo com as autoridades locais competentes, o posto consular poderá enviar um dos seus membros para receber ou entregar a mala, directa e livremente, ao comandante do navio ou aeronave.

Artigo 18.º

Inviolabilidade pessoal

1 — Os funcionários consulares não poderão ser presos ou detidos, excepto em casos de crime grave ou em virtude de decisão da autoridade judicial competente.

2 — Excepto no caso previsto no n.º 1 do presente artigo, os funcionários consulares não poderão ser presos nem submetidos a qualquer outra forma de limitação à sua liberdade pessoal, salvo em caso de execução de uma decisão judicial definitiva.

3 — Quando um processo penal for instaurado contra um funcionário consular, este será obrigado a compa-

recer perante as autoridades competentes. Todavia, o processo deverá ser conduzido com as deferências que são devidas ao funcionário consular em virtude da sua posição oficial e, com excepção do caso previsto no n.º 1 do presente artigo, de maneira a perturbar o menos possível o exercício das funções consulares. Quando, nas circunstâncias previstas no n.º 1 do presente artigo, for necessário colocar o funcionário consular em estado de detenção, o processo contra ele instaurado deverá iniciar-se sem a menor demora.

Artigo 19.º

Imunidade de jurisdição

1 — Os funcionários consulares e os empregados consulares não estarão sujeitos à jurisdição das autoridades judiciais ou administrativas do Estado receptor pelos actos realizados no exercício das funções consulares.

2 — Todavia, as disposições do n.º 1 do presente artigo não se aplicarão em caso de acção civil:

- a) Resultante da conclusão de um contrato feito por um funcionário consular ou um empregado consular que não o tenha cumprido expressa ou implicitamente como mandatário do Estado que envia; ou
- b) Intentada por um terceiro como consequência de danos causados por acidente de viação, navio ou aeronave ocorrido no Estado receptor.

Artigo 20.º

Obrigações de testemunhar

1 — Os membros do posto consular poderão ser chamados a depor como testemunhas em processos judiciais e administrativos. Os empregados consulares e os membros do pessoal de serviço do posto consular não deverão recusar-se a depor como testemunhas, excepto nos casos mencionados no n.º 3 do presente artigo. Se um funcionário consular se recusar a fazê-lo, nenhuma medida coerciva ou qualquer outra sanção lhe poderá ser aplicada.

2 — A autoridade do Estado receptor que requerer o testemunho do funcionário consular deverá evitar que o mesmo seja perturbado no exercício das suas funções. Poderá receber o depoimento do funcionário consular no seu domicílio ou no posto consular, ou aceitar as suas declarações por escrito, sempre que tal seja possível.

3 — Os membros do posto consular não serão obrigados a depor sobre assuntos relacionados com o exercício das suas funções, nem a exhibir a correspondência ou documentos oficiais que a elas se refiram. Poderão, igualmente, recusar-se a depor na qualidade de peritos sobre a legislação do Estado que envia.

Artigo 21.º

Renúncia aos privilégios e imunidades

1 — O Estado que envia poderá renunciar a qualquer dos privilégios e imunidades dos membros do posto consular, previstos nos artigos 18.º, 19.º e 20.º

2 — Excepto no caso previsto no n.º 3 do presente artigo, tal renúncia deverá sempre ser expressa e deverá ser comunicada por escrito ao Estado receptor.

3 — Se um funcionário consular ou um empregado consular propuser uma acção judicial sobre matéria de que goze de imunidade de jurisdição, nos termos do

artigo 19.º, não poderá alegar essa imunidade quanto a qualquer pedido de reconvenção directamente ligado à demanda principal.

4 — A renúncia à imunidade de jurisdição relativamente a uma acção civil ou administrativa não significará a renúncia à imunidade quanto às medidas de execução de sentença, para as quais se torna necessária uma renúncia distinta.

Artigo 22.º

Isenção do registo de estrangeiros e de autorização de residência

1 — Os funcionários consulares e os empregados consulares e os membros das suas famílias que com eles vivam estão isentos de todas as obrigações previstas pelas leis e regulamentos do Estado receptor relativas ao registo de estrangeiros e à autorização de residência.

2 — Todavia, as disposições do n.º 1 do presente artigo não se aplicarão aos empregados consulares que não sejam empregados permanentes do Estado que envia ou que exerçam no Estado receptor actividade privada de carácter lucrativo, nem tão-pouco aos membros da família desses empregados.

Artigo 23.º

Isenção de autorização de trabalho

1 — Os membros do posto consular estão isentos, no que se refere aos serviços prestados ao Estado que envia, de todas as obrigações relativas à obtenção de autorização de trabalho estabelecidas pelas leis e regulamentos do Estado receptor referentes ao emprego de estrangeiros.

2 — Os membros do pessoal privativo dos funcionários e dos empregados consulares, se não exercerem nenhuma outra actividade de carácter lucrativo no Estado receptor, estarão isentos das obrigações mencionadas no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 24.º

Isenções ao regime da segurança social

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do presente artigo, os membros do posto consular e do seu agregado familiar estarão isentos das disposições de segurança social vigentes no Estado receptor, no que se refere aos serviços prestados pelos mesmos ao Estado que envia.

2 — A isenção prevista no n.º 1 do presente artigo aplicar-se-á igualmente aos membros do pessoal privativo que estejam ao serviço exclusivo dos membros do posto consular, na condição de que:

- a) Não sejam nacionais do Estado receptor ou nele não tenham residência permanente;
- b) Estejam protegidos pelo regime de segurança social vigente no Estado que envia ou num terceiro Estado.

3 — Os membros do posto consular, que contratam pessoas às quais não se apliquem as isenções previstas no n.º 2 do presente artigo, deverão cumprir as obrigações impostas aos empregadores pelas disposições do regime de segurança social vigente no Estado receptor.

4 — As isenções previstas nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo não impedirão uma participação voluntária no regime de segurança social do Estado receptor, desde que este permita tal participação.

Artigo 25.º**Isenção fiscal**

1 — Os funcionários consulares e os empregados consulares, assim como os membros do seu agregado familiar, estão isentos de todos os impostos e taxas, pessoais ou reais, nacionais, regionais e municipais, à excepção dos:

- a) Impostos indirectos, normalmente incluídos no preço dos bens e serviços;
- b) Taxas e impostos sobre os bens imóveis privados situados no território do Estado receptor, com as excepções previstas pelas disposições do artigo 15.º;
- c) Impostos de sucessão e de transmissão, exigíveis pelo Estado receptor, salvo as isenções previstas na alínea b) do artigo 27.º;
- d) Impostos e taxas sobre os rendimentos privados, incluindo os rendimentos de capital que tenham origem no Estado receptor, e os impostos sobre os capitais investidos em empresas comerciais e financeiras situadas no Estado receptor;
- e) Impostos e taxas sobre remunerações por determinados serviços;
- f) Direitos de registo, de hipoteca, e custas judiciais e imposto do selo, com as isenções previstas nas disposições do artigo 15.º

2 — Os membros do pessoal de serviço estão isentos do pagamento dos impostos e taxas sobre o salário que recebem pelo seu trabalho ao serviço do posto consular.

3 — Os membros do posto consular que contratam pessoas, cujo salário não está isento do pagamento de imposto sobre o rendimento no Estado receptor, deverão cumprir as obrigações impostas pelas leis e regulamentos desse Estado aos contratantes, no que se refere à cobrança de tal imposto.

Artigo 26.º**Isenção de direitos aduaneiros e de inspecção aduaneira**

1 — O Estado receptor, de acordo com as suas leis e regulamentos vigentes, permitirá a entrada e concederá isenção de todos os direitos aduaneiros, impostos e outros encargos conexos, com excepção de despesas de depósito, transporte e outros serviços análogos, aos:

- a) Objectos destinados ao uso oficial do posto consular;
- b) Objectos destinados ao uso particular dos funcionários consulares e dos membros do seu agregado familiar, incluindo os objectos destinados à sua instalação. Os artigos de consumo não deverão exceder as quantidades necessárias à sua utilização directa pelos interessados.

2 — Os empregados consulares gozarão dos privilégios e isenções, previstos no n.º 1 do presente artigo, relativamente aos objectos importados aquando da sua primeira instalação.

3 — A bagagem pessoal que acompanha os funcionários consulares e membros das suas famílias que com eles vivam estará isenta de inspecção alfandegária. Apenas poderá ser inspecionada no caso de existirem sérios motivos para supor que a bagagem contenha objectos diferentes dos mencionados na alínea b) do n.º 1 do presente artigo, ou objectos cuja importação e exportação sejam proibidas pelas leis e regulamentos do

Estado receptor, ou que estejam sujeitos às suas leis e regulamentos de quarentena. Esta inspecção deverá efectuar-se na presença do funcionário consular em questão ou do membro da sua família interessado.

Artigo 27.º**Sucessão de bens de um membro do posto consular e de um membro da sua família**

Em caso de falecimento de um membro do posto consular ou de um membro da sua família que com ele viva, o Estado receptor:

- a) Autorizará a exportação dos bens móveis do falecido, excepto dos bens que tenham sido adquiridos no Estado receptor e cuja exportação esteja proibida no momento do seu falecimento;
- b) Não cobrará impostos nacionais, regionais ou municipais sobre a sucessão ou transmissão dos bens móveis que se encontrem no Estado receptor, unicamente devido à presença neste Estado do falecido na qualidade de membro do posto consular ou de membro da sua família.

Artigo 28.º**Isenção de prestações pessoais e obrigações**

O Estado receptor deverá isentar os membros do posto consular e os membros das suas famílias que com eles vivam de qualquer prestação pessoal ou de qualquer serviço de interesse público, qualquer que seja a sua natureza, bem como de encargos militares, tais como requisições, contribuições e alojamentos militares.

Artigo 29.º**Início e fim dos privilégios e imunidades**

1 — Cada membro do posto consular beneficiará dos privilégios e imunidades previstos na presente Convenção, desde o momento da sua entrada no território do Estado receptor, durante o trajecto até ao lugar de destino ou, se já se encontrar nesse território, desde o momento em que assuma as suas funções.

2 — Os membros da família de um membro do posto consular que com ele vivam, assim como os membros do seu pessoal privativo, que não sejam nacionais do Estado receptor ou sendo-o não vivam permanentemente no território do Estado receptor, beneficiarão dos privilégios e imunidades previstos na presente Convenção a partir da mais recente das seguintes datas: a data a partir da qual o membro do posto consular beneficie de privilégios e imunidades, de acordo com o n.º 1 do presente artigo, a data da sua entrada no território do Estado receptor, ou a data em se que tornarem membros da sua família ou do seu pessoal privativo.

3 — Quando cessarem as funções de um membro do posto consular, os seus privilégios e imunidades, bem como os privilégios e imunidades de qualquer membro da sua família que com ele viva, ou de membro do seu pessoal privativo, cessarão na primeira das datas seguintes: no momento em que a pessoa em questão abandonar o território do Estado receptor, ou quando expirar um prazo razoável que lhe tenha sido concedido para esse fim, subsistindo, contudo, até esse momento, inclusive em caso de conflito armado.

No que se refere às pessoas mencionadas no n.º 2 do presente artigo, os seus privilégios e imunidades cessarão no momento em que deixarem de pertencer à

família de um membro do posto consular ou de estar ao seu serviço, entendendo-se, porém, que, se tais pessoas têm intenção de abandonar o Estado receptor dentro de um prazo razoável, os seus privilégios e imunidades subsistirão até ao momento da sua partida.

4 — Não obstante, no que se refere aos actos praticados por um funcionário consular ou um empregado consular no exercício das suas funções, a imunidade de jurisdição subsistirá sem limite de tempo.

5 — Em caso de falecimento de um membro do posto consular, os membros da sua família que com ele vivam continuarão a gozar os privilégios e imunidade de que beneficiem até à primeira das seguintes datas: aquela em que abandonarem o Estado receptor, ou aquela em que expire um prazo razoável que lhes tenha sido concedido para esse fim.

Artigo 30.º

Respeito pelas leis e regulamentos do Estado receptor

1 — Sem prejuízo dos seus privilégios e imunidades, todas as pessoas que beneficiarem desses privilégios e imunidades deverão respeitar as leis e regulamentos do Estado receptor. Terão igualmente o dever de não se imiscuir nos assuntos internos do referido Estado.

2 — As instalações consulares não serão utilizadas de maneira incompatível com o exercício das funções consulares.

3 — As disposições do n.º 2 do presente artigo não excluirão a possibilidade de instalar escritórios e outras entidades ou agências em parte do edifício onde se encontrem as instalações do posto consular, na condição de que os locais destinados às mesmas estejam separados dos que forem utilizados pelo posto consular. Neste caso, os mencionados escritórios não serão considerados, para os efeitos da presente Convenção, parte integrante das instalações consulares.

Artigo 31.º

Seguro contra danos causados a terceiros

Os membros do posto consular deverão cumprir todas as obrigações impostas pelas leis e regulamentos do Estado receptor relativamente ao seguro de responsabilidade civil por danos que possam ser causados a terceiros pela utilização de qualquer veículo, navio ou aeronave.

Artigo 32.º

Disposições especiais relativas às actividades privadas de carácter lucrativo

1 — Os funcionários consulares de carreira não exercerão no Estado receptor nenhuma actividade profissional ou comercial em proveito próprio.

2 — Os privilégios e imunidades previstos na presente Convenção não serão concedidos:

- a) Aos empregados consulares ou aos membros do pessoal de serviço que exerçam no Estado receptor actividades privadas de carácter lucrativo;
- b) Aos membros da família das pessoas mencionadas na alínea a) do presente número e aos membros do seu pessoal privado;
- c) Aos membros da família de um membro do posto consular que exerçam no Estado receptor actividade privada de carácter lucrativo.

Artigo 33.º

Nacionais e residentes permanentes do Estado receptor

1 — Salvo se o Estado receptor conceder outras facilidades, privilégios e imunidades, os funcionários consulares que sejam nacionais do Estado que envia, mas residentes permanentes no território do Estado receptor, só beneficiarão de imunidade de jurisdição e de inviolabilidade pessoal pelos actos oficiais realizados no exercício das suas funções e do privilégio previsto no n.º 3 do artigo 20.º Pelo que respeita a esses funcionários consulares, o Estado receptor deverá igualmente cumprir a obrigação prevista no artigo 42.º da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, de 1963. Se um processo penal for instaurado contra esses funcionários consulares, as diligências deverão ser conduzidas, salvo se o interessado estiver preso ou detido, de modo que se perturbe o menos possível o exercício das funções consulares.

2 — À excepção dos funcionários consulares, os membros do posto consular que sejam nacionais ou residentes permanentes do Estado receptor e os membros da sua família só gozarão de facilidades, privilégios e imunidades na medida em que o Estado receptor lhe os reconheça. Todavia, o Estado receptor deverá exercer a sua jurisdição sobre essas pessoas de maneira a não perturbar indevidamente o exercício das funções consulares.

CAPÍTULO IV

Funções consulares

Artigo 34.º

Exercício das funções consulares

As funções consulares serão exercidas pelos postos consulares. Também serão exercidas por missões diplomáticas, em conformidade com as disposições da presente Convenção.

Artigo 35.º

Exercício de funções consulares pelas missões diplomáticas

1 — As disposições da presente Convenção aplicar-se-ão igualmente, na medida em que o contexto o permitir, ao exercício de funções consulares por uma missão diplomática do Estado que envia.

2 — Os nomes e apelidos dos funcionários da missão diplomática ou encarregados por outra forma do exercício das funções consulares da missão serão comunicados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado receptor ou ao organismo por ele designado.

3 — No exercício das funções consulares, a missão diplomática poderá dirigir-se:

- a) Às autoridades locais da área de jurisdição consular;
- b) Às autoridades centrais do Estado receptor, sempre que o permitam as leis e os regulamentos do Estado receptor, assim como os acordos internacionais de que ambos sejam parte.

4 — Os privilégios e imunidades dos funcionários da missão diplomática mencionados no n.º 2 do presente artigo regem-se pelas normas de direito internacional relativas às relações diplomáticas.

Artigo 36.º

Exercício de funções consulares dentro e fora da área de jurisdição consular, num terceiro Estado ou em nome de um terceiro Estado

1 — O funcionário consular poderá exercer as funções consulares indicadas na presente Convenção dentro da sua área de jurisdição consular.

2 — O funcionário consular poderá, com o consentimento do Estado receptor, exercer as funções consulares fora da sua área de jurisdição consular.

3 — O Estado que envia poderá, após notificação aos Estados interessados, encarregar um posto consular estabelecido no Estado receptor do exercício de funções consulares num terceiro Estado, se um deles a tal não se opuser expressamente.

4 — Após notificação adequada ao Estado receptor, e se este a isso não se opuser, o posto consular do Estado que envia poderá exercer funções consulares no Estado receptor em nome de um terceiro Estado.

5 — Com base na presente Convenção, os funcionários consulares da República Portuguesa poderão exercer as suas funções no território do Estado receptor relativamente aos cidadãos de outros Estados membros da União Europeia que não tenham o seu posto consular na respectiva área de jurisdição consular em conformidade com as normas vigentes sobre a matéria entre os Estados membros da União Europeia.

6 — Com base na presente Convenção, os funcionários consulares da Federação da Rússia poderão exercer as suas funções no território do Estado receptor relativamente aos cidadãos da República da Bielorrússia que não tenham o seu posto consular na respectiva área de jurisdição consular.

Artigo 37.º

Funções consulares em geral

Sem prejuízo das disposições de outros artigos da presente Convenção, as funções consulares consistem em:

- a) Proteger no Estado receptor os interesses do Estado que envia e dos seus nacionais, pessoas singulares ou colectivas, dentro dos limites permitidos pelo direito internacional;
- b) Fomentar o desenvolvimento das relações comerciais, económicas, culturais e científicas entre o Estado que envia e o Estado receptor, bem como, por quaisquer outras vias, contribuir para o desenvolvimento das relações amigáveis entre os mesmos, em conformidade com as disposições da presente Convenção;
- c) Informar-se, por todos os meios lícitos, das condições e da evolução da vida comercial, económica, cultural e científica do Estado receptor, informar a esse respeito o Governo do Estado que envia e fornecer informações às pessoas interessadas;
- d) Emitir, anular, alterar, retirar e deter passaportes e outros documentos de viagem aos nacionais do Estado que envia, assim como emitir, prorrogar ou anular vistos ou documentos adequados às pessoas que desejarem viajar para o Estado que envia;
- e) Prestar auxílio e assistência aos nacionais, pessoas singulares ou colectivas, do Estado que envia;
- f) Actuar na qualidade de notário e de conservador do registo civil e exercer outras funções

similares, bem como certas funções de carácter administrativo, desde que não contrariem as leis e regulamentos do Estado receptor;

- g) Salvaguardar os interesses dos nacionais, pessoas singulares ou colectivas, do Estado que envia em casos de sucessão *mortis causa* no território do Estado receptor, de acordo com as leis e regulamentos do Estado receptor;
- h) Salvaguardar, dentro dos limites impostos pelas leis e pelos regulamentos do Estado receptor, os interesses dos menores e dos incapazes que sejam nacionais do Estado que envia, em especial quando para eles for requerida a instituição de tutela ou curatela;
- i) Representar ou assegurar a representação adequada dos nacionais do Estado que envia, em conformidade com a prática e os procedimentos vigentes no Estado receptor, perante os tribunais ou outras autoridades competentes do Estado receptor, de forma a conseguir, de acordo com as leis e regulamentos, do Estado receptor, a adopção de disposições sobre as medidas provisórias de protecção dos direitos e interesses desses nacionais, quando, por estarem ausentes ou por, qualquer outra causa, não possam os mesmos defendê-los em tempo útil;
- j) Entregar documentos judiciais e não judiciais, cartas rogatórias dos órgãos competentes do Estado que envia sobre a ajuda legal em conformidade com os acordos internacionais em vigor, ou, na falta de tais acordos, de qualquer outra forma que não esteja em contradição com a legislação do país que recebe;
- k) Exercer, em conformidade com as leis e regulamentos do Estado que envia, os direitos de fiscalização e de inspecção sobre as embarcações e aeronaves do Estado que envia, bem como sobre as suas tripulações;
- l) Prestar auxílio às embarcações e aeronaves a que se refere a alínea k) do presente artigo, assim como às suas tripulações, receber informação sobre a navegação das embarcações, examinar e visar os documentos de bordo e, sem prejuízo dos poderes das autoridades do Estado receptor, abrir inquéritos sobre qualquer incidente ocorrido durante a travessia e resolver quaisquer litígios que possam surgir entre o capitão e outros elementos da tripulação, sempre que assim o autorizem as leis e regulamentos do Estado que envia;
- m) Exercer as demais funções consulares, confiadas ao posto consular pelo Estado que envia, que não sejam proibidas pelas leis e regulamentos do Estado receptor ou às quais o Estado receptor não se oponha, ou ainda as que lhe sejam atribuídas por acordos internacionais em vigor entre as Partes.

Artigo 38.º

Comunicações consulares

1 — Os funcionários consulares poderão comunicar livremente com os nacionais do Estado que envia e visitá-los. Os nacionais do Estado que envia poderão também comunicar livremente com os funcionários consulares do Estado que envia e visitá-los.

2 — Os funcionários consulares poderão dirigir-se às autoridades competentes do Estado receptor para solicitar o seu auxílio na procura de nacionais desaparecidos do Estado que envia.

Artigo 39.º

Funções relativas à detenção e prisão preventiva

1 — Em caso de detenção de um nacional do Estado que envia no território da área de jurisdição de um posto consular do Estado que envia, as autoridades competentes do Estado receptor deverão notificar imediatamente o posto consular do Estado que envia.

2 — Qualquer comunicação dirigida ao posto consular por um nacional do Estado que envia que se encontre detido será entregue imediatamente ao posto consular pelos órgãos competentes do Estado receptor.

3 — O funcionário consular poderá visitar o nacional do Estado que envia que se encontre detido, conversar com ele, fazer-lhe chegar, mediante autorização das autoridades competentes do Estado receptor, a correspondência ou as encomendas que lhe sejam destinadas e prestar-lhe a assistência adequada, assim como assegurar-lhe representação legal.

4 — Os funcionários consulares abster-se-ão de empreender qualquer actividade em nome do nacional do Estado que envia que se encontre detido quando este, na presença de um funcionário consular, a isso se oponha expressamente.

5 — As autoridades competentes do Estado receptor comunicam aos nacionais do Estado que envia que se encontrem detidos a aguardar julgamento ou sob investigação o disposto no presente artigo, do que se fará registo no respectivo processo.

6 — Para os fins do presente artigo, deverá entender-se por pessoa detida toda aquela que se encontra encarcerada, posta em prisão preventiva ou submetida a qualquer outra forma de limitação de liberdade, incluindo a pessoa que está à espera de julgamento ou que cumpre a sua pena no território do Estado receptor.

7 — Os direitos previstos no presente artigo serão exercidos em conformidade com as leis e regulamentos do Estado receptor, entendendo-se contudo que tais leis e regulamentos não devem impedir o pleno efeito dos direitos reconhecidos pelo presente artigo.

Artigo 40.º

Exercício das funções de notariado

O funcionário consular, de acordo com a legislação do Estado que envia e desde que tal não contrarie a legislação do Estado receptor, pode praticar no posto consular, designadamente, os seguintes actos:

- a) Aceitar, lavrar e autenticar declarações dos nacionais do Estado que envia;
- b) Lavrar, autenticar e guardar os testamentos dos nacionais do Estado que envia;
- c) Redigir e autenticar contratos concluídos entre os nacionais do Estado que envia e celebrar e autenticar actos unilaterais;
- d) Redigir e autenticar contratos entre os cidadãos do Estado que envia e cidadãos do Estado receptor, caso tais contratos se refiram exclusivamente a interesses no território do Estado que envia ou devam produzir os seus efeitos no território do mesmo;
- e) Autenticar cópias, traduções e extractos dos documentos acima mencionados;

- f) Reconhecer assinaturas dos nacionais do Estado que envia;
- g) Aceitar para guarda os bens e documentos dos nacionais do Estado que envia ou a eles destinados;
- h) Praticar outros actos notariais da competência do funcionário consular.

Artigo 41.º

Funções relativas a heranças

1 — Os órgãos competentes do Estado receptor comunicarão sem demora ao funcionário consular o falecimento no território da sua área de jurisdição consular de pessoa conhecida por estas autoridades como nacional do Estado que envia, assim como informarão o funcionário consular sobre a existência de bens sucessórios, testamentos, bem como de alguma pessoa que se encontre ou esteja representada no território do Estado receptor e tenha sido designada para administrar esses bens.

2 — As autoridades competentes do Estado receptor informarão, sem demora, o funcionário consular sobre a existência de bens sucessórios deixados no território do Estado receptor, no caso de o herdeiro ser constituído pelo próprio Estado que envia, uma pessoa colectiva do Estado que envia ou uma pessoa conhecida por essas autoridades como um nacional do Estado que envia.

3 — Se o funcionário consular se inteirar primeiro do falecimento no território do Estado receptor de um nacional do Estado que envia, ou da existência no território do Estado receptor de bens sucessórios de um nacional falecido do Estado que envia, comunicá-lo-á aos órgãos competentes do Estado receptor.

4 — O funcionário consular, relativamente às questões de bens sucessórios mencionados nos n.ºs 1, 2 e 3 do presente artigo, e na medida em que o permitam as leis e regulamentos do Estado receptor, poderá:

- a) Solicitar que sejam tomadas as medidas adequadas por parte do Estado receptor ou empreender diligências, por sua conta, no sentido de garantir a protecção, a segurança e a gestão dos bens sucessórios;
- b) Assistir ou participar de qualquer outra maneira na adopção das medidas mencionadas na alínea a) do presente número;
- c) Assegurar a representação do nacional do Estado que envia que tem um interesse legal nesses bens e que não esteja presente no Estado receptor e não possua nele um representante.

5 — Quando, em conformidade com a alínea c) do n.º 4 do presente artigo, forem tomadas medidas para assegurar tal representação, esta estará em vigor até que as pessoas representadas designem os seus próprios representantes ou assumam a responsabilidade de defender os seus próprios interesses e direitos.

6 — Em caso de falecimento de qualquer nacional do Estado que envia no decurso da sua estada no território do Estado receptor sem que neste tenha residência permanente, o funcionário consular, em conformidade com as leis do Estado que envia, poderá entrar na posse e dispor dos documentos, dinheiro e outros bens do falecido desde que no território do Estado receptor não se encontre uma pessoa com direito a reclamar os ditos documentos, dinheiro ou outros bens. Os direitos de posse temporária transmitir-se-ão, de acordo com as leis e regulamentos do Estado receptor, a um administrador nomeado ou a outra pessoa autorizada.

7 — O Estado que envia e o Estado receptor facilitarão a transferência da herança:

- a) Autorizando a exportação e importação de objectos que formam parte dos bens sucessórios, quando a exportação e importação dos ditos objectos não esteja proibida directamente pelas leis e regulamentos dos Estados que autorizam a sua exportação e importação;
- b) Autorizando a venda de qualquer parte dos bens sucessórios que não possa ser exportada ou importada segundo a alínea a) do presente número;
- c) Autorizando a transferência para o herdeiro de toda a soma obtida por esta venda, excepto os impostos, taxas e outros encargos a que haja lugar nos termos das leis e regulamentos do Estado receptor, em qualquer moeda converível.

8 — O funcionário consular poderá, em nome do nacional do Estado que envia, se este não se encontrar no território do Estado receptor, receber das autoridades competentes ou pessoas particulares o dinheiro ou outra propriedade a que este nacional tem direito por falecimento de qualquer outra pessoa, incluindo os bens sucessórios e os pagamentos realizados segundo as leis da indemnização de acidentes, bem como os pagamentos por apólices de seguro de vida.

Artigo 42.º

Funções relativas às questões de nacionalidade

Os funcionários consulares exercerão as suas funções relativamente a questões de nacionalidade de acordo com a legislação do Estado que envia, caso a mesma não seja contrária à legislação do Estado receptor.

O funcionário consular poderá:

- a) Inscrever os cidadãos do Estado que envia e manter os respectivos arquivos;
- b) Aceitar requerimentos e declarações;
- c) Receber, emitir ou conferir documentos relativos às questões de nacionalidade do Estado que envia, de acordo com a legislação do Estado que envia.

Artigo 43.º

Funções relativas às questões de estado civil

1 — O funcionário consular, nos termos da legislação do Estado que envia e desde que tal não contrarie a legislação do Estado receptor, poderá lavrar, nomeadamente, os seguintes actos de registo civil em relação aos cidadãos do Estado que envia, bem como receber e transmitir os respectivos documentos e declarações:

- a) De nascimento e óbito de nacionais do Estado que envia;
- b) De declaração de paternidade e perfilhação;
- c) De mudança de nome;
- d) De celebração e dissolução de casamento, nos termos da legislação do Estado que envia, na condição de ambos os cônjuges serem nacionais do Estado que envia.

2 — O funcionário consular poderá receber das autoridades competentes do Estado receptor informações, cópias e extractos de documentos relativos ao estado civil dos nacionais do Estado que envia.

3 — As disposições do n.º 1 do presente artigo não isentam os referidos cidadãos de quaisquer obrigações decorrentes da legislação do Estado receptor.

Artigo 44.º

Funções relativas à tutela e curatela

1 — Nos termos da legislação do Estado que envia e dentro dos limites permitidos pela legislação do Estado receptor, o funcionário consular poderá dirigir-se às autoridades competentes do Estado receptor para defesa dos interesses dos seus nacionais em todos os assuntos relativos à instituição de tutela ou curatela e administração dos seus bens na sua ausência e até decisão do tribunal competente, bem como sugerir às autoridades competentes do Estado receptor candidaturas para o exercício das funções de tutela e curatela.

2 — O funcionário consular poderá solicitar às autoridades competentes do Estado receptor informações sobre tutores e curadores nomeados, bem como receber relatórios periódicos sobre o exercício da tutela e curatela em relação aos nacionais do Estado que envia.

3 — As autoridades competentes do Estado receptor deverão informar sem demora o funcionário consular sobre a necessidade de instituição de tutela ou curatela de um cidadão do Estado que envia.

Artigo 45.º

Assistência a embarcações

1 — O funcionário consular poderá prestar a assistência e auxílio necessários a uma embarcação do Estado que envia situada num porto ou ancorada em qualquer outro lugar no Estado receptor, ou nas águas interiores ou territoriais do Estado receptor.

2 — O funcionário consular poderá contactar o capitão e outros membros da tripulação a bordo do navio ou em qualquer outro lugar, em conformidade com a legislação do Estado receptor.

3 — O funcionário consular poderá dirigir-se às autoridades competentes do Estado receptor e solicitar o seu apoio para qualquer assunto referente a uma embarcação do Estado que envia, bem como ao seu capitão, a outros membros da tripulação e à carga.

Artigo 46.º

Assistência ao capitão e à tripulação

1 — Na medida em que as seguintes actividades não sejam contrárias à legislação do Estado receptor, o funcionário consular poderá:

- a) Investigar qualquer incidente, que tenha ocorrido a bordo de uma embarcação do Estado que envia, interrogar o capitão ou qualquer outro membro da tripulação relativamente ao referido incidente, comprovar os documentos de bordo, receber os relatórios referentes à navegação e ao lugar de destino, bem como auxiliar a entrada e saída da embarcação e a sua permanência no porto;
- b) Contribuir, dentro dos limites da sua competência, para a solução dos litígios entre o proprietário do navio, o capitão e, os outros membros da tripulação, incluindo os litígios que se relacionem com os salários e contratos de trabalho;

- c) Cumprir as formalidades relacionadas com o contrato e dispensa do capitão ou outros membros da tripulação;
- d) Prestar apoio no sentido de proporcionar assistência médica necessária ao capitão, outros membros da tripulação e passageiros do navio, bem como tomar medidas para o seu regresso ao Estado que envia;
- e) Em conformidade com a legislação do Estado que envia, receber, emitir, legalizar, prorrogar a vigência de qualquer declaração ou outro documento referente às embarcações do Estado que envia ou à respectiva carga;
- f) Em conformidade com a legislação do Estado que envia, emitir licenças temporárias de navegação sob a bandeira do Estado que envia, caso a embarcação tenha sido adquirida no estrangeiro;
- g) Adotar outras medidas com vista à aplicação da legislação do Estado que envia relativa à navegação comercial.

2 — O funcionário consular poderá, de acordo com as leis e regulamentos do Estado receptor, acompanhar o capitão ou qualquer outro membro da tripulação a fim de lhes prestar assistência nos órgãos competentes do Estado receptor.

Artigo 47.º

Defesa dos interesses no caso de uma investigação a bordo da embarcação

1 — A jurisdição criminal do Estado receptor não deverá ser exercida a bordo do navio do Estado que envia que atravessa as águas territoriais, para detenção de qualquer pessoa ou investigação de um crime cometido a bordo durante a sua passagem, excepto nos seguintes casos:

- a) Se as consequências do crime afectam o Estado receptor;
- b) Se o crime tem um carácter que perturbe a tranquilidade do Estado receptor ou a ordem nas suas águas territoriais;
- c) Se o capitão do navio, agente diplomático ou funcionário consular do Estado que envia se dirigir às autoridades locais solicitando auxílio;
- d) Se tais medidas são necessárias para pôr fim ao tráfico de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas.

2 — As disposições atrás referidas não afectam o direito do Estado receptor a adoptar quaisquer medidas, permitidas pela sua legislação, a fim de proceder a apresamento ou investigações a bordo do navio do Estado que envia que passe pelo seu mar territorial, procedente de águas internas.

3 — Se as autoridades competentes do Estado receptor tencionam adoptar medidas coercivas ou realizar uma investigação a bordo de um navio do Estado que envia que se encontra nas águas interiores ou territoriais do Estado receptor, deverão informar desse facto com antecedência o funcionário consular, a fim de este poder estar presente no momento da adopção de tais medidas. Se o funcionário consular ou seu representante não estiverem presentes na adopção das medidas acima mencionadas, as autoridades competentes, a seu pedido, fornecer-lhe-ão um relatório sobre o ocorrido.

Se o carácter inadiável das acções em causa não permitir a prévia comunicação ao funcionário consular, as

autoridades competentes do Estado receptor informá-lo-ão por escrito do ocorrido, bem como das acções empreendidas, mesmo que tal não tenha sido requerido por aquele.

4 — As disposições do n.º 1 do presente artigo serão igualmente aplicáveis se as autoridades competentes do Estado receptor citarem o capitão de uma embarcação ou qualquer outro membro da tripulação para serem interrogados em terra, sobre assuntos referentes à embarcação.

5 — Excepto no caso de haver um requerimento ou uma autorização da parte do funcionário consular ou do capitão do navio do Estado que envia, as autoridades competentes do Estado receptor não intervirão nos assuntos internos do navio, referentes às relações entre os membros da tripulação, relações de trabalho, disciplina a bordo da embarcação e outras actividades de carácter interno que digam respeito ao navio do Estado que envia, desde que com isso não sejam contrariadas as leis e os regulamentos relativos à garantia da tranquilidade e segurança do Estado receptor.

6 — As disposições do presente artigo não se aplicarão à fiscalização alfandegária, de imigração, passaportes e controlo sanitário normal, ou qualquer outra acção empreendida pelas autoridades competentes do Estado receptor a pedido ou por acordo com o capitão do navio. O presente artigo não afecta os direitos ou obrigações das Partes Contratantes derivados dos tratados multilaterais em vigor entre as Partes.

Artigo 48.º

Assistência em caso de avaria de uma embarcação

1 — Se uma embarcação do Estado que envia naufragar, encalhar, der à costa ou sofrer qualquer outra avaria no Estado que recebe, as autoridades competentes do Estado receptor darão conhecimento de tal facto, sem tardar, ao funcionário consular e informá-lo-ão das medidas que tenham sido tomadas para salvamento dos seus passageiros, tripulação, da embarcação e da sua carga.

2 — O funcionário consular poderá prestar assistência a uma embarcação do Estado que envia, aos membros da sua tripulação e aos passageiros, ou solicitar ao Estado receptor a prestação dessa assistência.

3 — Se o proprietário da embarcação do Estado que envia, o capitão ou qualquer outra pessoa autorizada não tiverem possibilidades de adoptar as medidas necessárias à conservação e salvamento da embarcação ou da sua carga, ou para deles dispor, o funcionário consular do Estado que envia empreenderá, em nome do proprietário, as mesmas medidas que este tivesse podido empreender em caso similar, ou dirigir-se-á ao Estado receptor solicitando que tais medidas sejam tomadas.

4 — As disposições dos n.ºs 1, 2 e 3 do presente artigo serão também aplicáveis a qualquer objecto que seja propriedade de um nacional do Estado que envia ou de um terceiro Estado que tenha sido encontrado na margem ou nas águas do Estado receptor ou levado para um porto do Estado receptor.

5 — As autoridades competentes do Estado receptor prestarão toda a assistência necessária ao funcionário consular na execução das medidas referentes ao salvamento da embarcação do Estado que envia.

6 — A embarcação do Estado que envia que tenha sofrido qualquer avaria, bem como a sua carga e propriedade, estão isentos de impostos e taxas aduaneiras nos termos das disposições legislativas do Estado receptor, até ao momento da venda ou reinício de utilização.

Artigo 49.º

Funções relativas às aeronaves

Os artigos 45.º a 48.º da presente Convenção aplicar-se-ão, de forma análoga, às aeronaves, na medida em que não contrariem qualquer acordo internacional sobre a aviação civil, de que ambos ou algum dos Estados sejam parte.

Artigo 50.º

Funções relativas às eleições e referendos

1 — O funcionário consular poderá organizar, nos postos e secções consulares da missão diplomática, secções de voto para participação dos nacionais do Estado que envia em eleições e referendos desse mesmo Estado.

2 — Se, para os efeitos de referendos ou eleições para os órgãos de poder do Estado que envia, nas instalações consulares for instituído um posto de voto para os nacionais do Estado que envia, o funcionário consular informará oficialmente as autoridades da respectiva área de jurisdição consular desse facto. Secções de voto suplementares fora das instalações consulares poderão ser organizadas, desde que tal não contrarie a legislação do Estado receptor e após obtido o consentimento das autoridades competentes do Estado receptor.

Artigo 51.º

Relações com as autoridades do Estado receptor

No exercício das suas funções, os funcionários consulares poderão dirigir-se:

- a) Às autoridades locais competentes da sua área de jurisdição consular;
- b) Às autoridades centrais competentes do Estado receptor, na medida em que o permitam as leis, regulamentos e costumes do Estado receptor ou os acordos internacionais sobre a matéria.

Artigo 52.º

Emolumentos consulares

1 — O posto consular poderá cobrar no território do Estado receptor as taxas e os emolumentos estabelecidos pela legislação do Estado que envia para os actos consulares.

2 — As somas recebidas a título de taxas e emolumentos previstos no n.º 1 do presente artigo estarão isentas de quaisquer impostos ou taxas no Estado receptor.

3 — O Estado receptor permitirá ao posto consular depositar as somas recebidas na sua conta bancária oficial.

Artigo 53.º

Termo das funções dos membros do posto consular

As funções de um membro do posto consular terminam, nomeadamente:

- a) Pela notificação do Estado que envia ao Estado receptor de que as suas funções chegaram ao fim;
- b) Pela retirada do exequátur;
- c) Pela notificação do Estado receptor ao Estado que envia de que deixou de considerar a pessoa em questão como membro do pessoal consular.

Artigo 54.º

Partida do território do Estado receptor

O Estado receptor deverá, mesmo em caso de conflito armado, conceder aos membros do posto consular e aos membros do seu pessoal privativo que não forem nacionais do Estado receptor ou estrangeiros que nele tenham residência permanente e aos membros das suas famílias que com eles vivam, qualquer que seja a sua nacionalidade, o prazo e as facilidades necessárias para a preparação da partida e saída do território o mais cedo possível após o termo das suas funções. O Estado receptor deverá especialmente, se for caso disso, pôr à sua disposição os meios de transporte indispensáveis para essas pessoas e para os seus bens, com excepção dos bens adquiridos no Estado receptor e cuja exportação esteja proibida no momento da partida.

Artigo 55.º

Protecção das instalações e arquivos consulares e dos interesses do Estado que envia em circunstâncias excepcionais

1 — Em caso de ruptura das relações consulares entre as Partes:

- a) O Estado receptor ficará obrigado a respeitar e proteger, inclusive em caso de conflito armado, as instalações consulares, assim como os bens do posto consular e os seus arquivos;
- b) O Estado que envia poderá confiar a guarda das instalações consulares, bem como dos bens que aí se encontrem e dos arquivos consulares, a um terceiro Estado que seja aceitável pelo Estado receptor;
- c) O Estado que envia poderá confiar a protecção dos seus interesses e dos interesses dos seus nacionais a um terceiro Estado que seja aceitável pelo Estado receptor.

2 — Em caso de encerramento temporário ou definitivo de um posto consular, aplicar-se-ão as disposições da alínea a) do n.º 1 do presente artigo.

Além disso:

- a) Se o Estado que envia, ainda que não esteja representado no Estado receptor por uma missão diplomática, tiver outro posto consular no território do Estado receptor, poderá este posto consular ficar encarregado da guarda das instalações consulares que tenham sido encerradas, dos bens que nelas se encontrem e dos arquivos consulares, assim como, com o consentimento do Estado receptor, do exercício das funções consulares na área de jurisdição do referido posto consular;
- b) Se o Estado que envia não tiver uma missão diplomática nem outro posto consular no Estado receptor, serão aplicáveis as disposições previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do presente artigo.

CAPÍTULO V

Regime aplicável aos funcionários consulares honorários e aos postos consulares por eles dirigidos

Artigo 56.º

Disposições gerais relativas aos privilégios, facilidades e imunidades

1 — Os artigos 10.º, 12.º, 16.º, 17.º, os n.ºs 2 e 3, do artigo 30.º e, bem assim, os artigos 51.º e 52.º são

aplicáveis aos postos consulares dirigidos pelos funcionários consulares honorários.

2 — O artigo 19.º, o n.º 3 do artigo 20.º, os artigos 21.º, 29.º e o n.º 1 do artigo 30.º são aplicáveis aos funcionários consulares honorários.

3 — Os privilégios e imunidades previstos na presente Convenção não serão concedidos aos membros do agregado familiar dos funcionários consulares honorários ou, dos empregados consulares de um posto consular dirigido por um funcionário consular honorário.

4 — O intercâmbio de malas consulares entre dois postos consulares dirigidos por funcionários consulares honorários e situados em Estados diferentes apenas será autorizado com o consentimento dos respectivos Estados receptores.

Artigo 57.º

Protecção das instalações consulares

O Estado receptor adoptará todas as medidas apropriadas para a protecção das instalações de um posto consular dirigido por um funcionário consular honorário contra qualquer invasão ou dano, bem como para prevenir perturbações à tranquilidade do posto consular ou ofensas à sua dignidade.

Artigo 58.º

Isenção fiscal das instalações consulares

1 — As instalações consulares de um posto consular, gerido por um funcionário consular honorário, de que o Estado que envia seja proprietário ou locatário, estão isentas de quaisquer impostos ou taxas nacionais, regionais e, municipais, excepto as taxas que incidem sobre a remuneração de serviços particulares prestados.

2 — A isenção fiscal prevista, no n.º 1 do presente artigo não se aplica aos impostos e taxas cujo pagamento, segundo as leis e regulamentos do Estado receptor, couber às pessoas que contratarem com o Estado que envia.

Artigo 59.º

Inviolabilidade dos arquivos e documentos consulares

Os arquivos e documentos consulares do posto consular dirigido por um funcionário consular honorário serão sempre invioláveis, onde quer que se encontrem, desde que estejam separados de outros papéis e documentos e, em particular, da correspondência pessoal do chefe do posto consular ou de qualquer pessoa que com ele trabalhe, bem como dos objectos, livros e documentos relacionados com a actividade profissional ou negócios do funcionário consular honorário.

Artigo 60.º

Isenção de direitos aduaneiros

O Estado receptor, de acordo com as leis e regulamentos vigentes, permitirá a entrada com isenção de todos os direitos aduaneiros, taxas e outros encargos conexos (com excepção de despesas de depósito, transporte e outros serviços análogos) dos seguintes objectos, desde que sejam destinados exclusivamente ao uso oficial do posto consular dirigido por um funcionário consular honorário: o escudo e a bandeira nacionais, letreiros, carimbos e selos, livros, publicações oficiais, móveis e equipamento de escritório, assim como de outros

objectos semelhantes fornecidos ao posto consular pelo Estado que envia ou por solicitação deste.

Artigo 61.º

Processo penal

Se um processo penal for instaurado contra um funcionário consular honorário, este deverá comparecer perante as autoridades competentes. Todavia, o processo deverá ser conduzido com as deferências devidas ao funcionário consular honorário em virtude da sua posição oficial e, salvo se o interessado estiver preso ou detido, de forma a perturbar o menos possível o exercício das funções consulares. Quando for necessário deter preventivamente o funcionário consular honorário, o processo correspondente deverá iniciar-se o mais breve possível.

Artigo 62.º

Protecção dos funcionários consulares honorários

O Estado receptor deverá conceder ao funcionário consular honorário a protecção de que possa necessitar em virtude da sua posição oficial.

Artigo 63.º

Isenção do registo de estrangeiros e de autorização de residência

Os funcionários consulares honorários, com excepção dos que exercerem no Estado receptor actividade profissional ou comercial em proveito próprio, estarão isentos de quaisquer obrigações previstas pelas leis e regulamentos do Estado receptor em matéria de registo de estrangeiros e de autorização de residência.

Artigo 64.º

Isenção fiscal

No caso do funcionário consular honorário receber do Estado que envia remunerações e salário pelo cumprimento das funções consulares, estas remunerações e salário estarão isentos de todos os impostos.

Artigo 65.º

Isenção de prestações pessoais e obrigações

O Estado receptor deverá isentar os funcionários consulares honorários de qualquer prestação pessoal e qualquer serviço de interesse público, qualquer que seja a sua natureza, bem como de obrigações de carácter militar, tais como requisições, contribuições e alojamentos militares.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 66.º

Entrada em vigor e prazo de vigência

1 — A presente Convenção entra em vigor 30 dias após a recepção da última notificação por escrito das Partes sobre o cumprimento das formalidades internas necessárias para a sua entrada em vigor.

2 — A presente Convenção é concluída por tempo indeterminado permanecendo em vigor até 60 dias após a data em que uma das Partes Contratantes tenha noti-

ficado a outra, por via diplomática e por escrito, da intenção de proceder à sua denúncia.

Em fé do que os signatários apõem as suas assinaturas no final da presente Convenção.

Feito em Moscovo aos 26 dias de Outubro de 2001, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e russa, ambos os textos fazendo igualmente fé.

Pela República Portuguesa:

Pela Federação da Rússia:

КОНСУЛЬСКАЯ КОНВЕНЦИЯ
МЕЖДУ ПОРТУГАЛЬСКОЙ РЕСПУБЛИКОЙ
И РОССИЙСКОЙ ФЕДЕРАЦИЕЙ

Португальская Республика и Российская Федерация, именуемые в дальнейшем Сторонами,

стремясь к развитию дружественных отношений между двумя государствами,

в целях более эффективной защиты прав и интересов своих граждан,

руководствуясь желанием укреплять консульские отношения между ними,

подтверждая, что по вопросам, которые не оговорены в настоящей Конвенции, будут применяться положения, зафиксированные в Венской конвенции о консульских сношениях от 24 апреля 1963 года,

решили заключить настоящую Конвенцию и с этой целью договорились о нижеследующем:

ГЛАВА I
ОБЩИЕ ПОЛОЖЕНИЯ

Статья 1
Определения

1. В настоящей Конвенции приводимые ниже термины имеют следующее значение:

а) «консульское учреждение» означает любое генеральное консульство, консульство, вице-консульство или консульское агентство;

б) «консульский округ» означает район, отведенный консульскому учреждению для выполнения консульских функций;

с) «глава консульского учреждения» означает лицо, которому поручено действовать в этом качестве;

д) «консульское должностное лицо» означает любое лицо, включая главу консульского учреждения, которому поручено в этом качестве выполнение консульских функций;

е) «консульский служащий» означает любое лицо, выполняющее административные или технические обязанности в консульском учреждении;

ф) «работник обслуживающего персонала» означает любое лицо, выполняющее обязанности по обслуживанию консульского учреждения;

г) «работники консульского учреждения» означает консульские должностные лица, консульские служащие и работники обслуживающего персонала;

h) «работники консульского персонала» означает консульские должностные лица (за исключением главы консульского учреждения), а также консульские служащие и работники обслуживающего персонала;

и) «частный домашний работник» означает лицо, состоящее исключительно на частной службе у работника консульского учреждения;

j) «консульские помещения» означает используемые исключительно для целей консульского учреждения здания или части зданий и обслуживающий данное здание или части зданий земельный участок, кому бы ни принадлежало право собственности на них;

к) «консульские архивы» включают все бумаги, документы, корреспонденцию, книги, фильмы, электронные носители информации, звукозаписи, видеозаписи и реестры консульского учреждения вместе с шифрами и кодами, картотеками и любыми предметами обстановки, предназначенными для обеспечения их сохранности или хранения;

l) «судно представляемого государства» означает любое судно, за исключением военных кораблей, имеющее право плавания под флагом представляемого государства и зарегистрированное в этом государстве;

m) «воздушное судно представляемого государства» означает любой летательный аппарат, за исключением военных летательных аппаратов, зарегистрированный в представляемом государстве и имеющий право нести опознавательные знаки этого государства.

2. Существуют две категории консульских должностных лиц, а именно: штатные консульские должностные лица и почетные консульские должностные лица. Положения главы III настоящей Конвенции распространяются на консульские учреждения, возглавляемые штатными консульскими должностными лицами; положения главы V распространяются на консульские учреждения, возглавляемые почетными консульскими должностными лицами.

ГЛАВА II
ОТКРЫТИЕ КОНСУЛЬСКОГО УЧРЕЖДЕНИЯ, НАЗНАЧЕНИЕ
КОНСУЛЬСКИХ ДОЛЖНОСТНЫХ ЛИЦ

Статья 2
Открытие консульского учреждения

1. Консульское учреждение представляемого государства не может быть открыто на территории государства пребывания без согласия государства пребывания.

2. Местонахождение консульского учреждения, его класс и консульский округ определяются по соглашению между представляемым государством и государством пребывания.

3. Дальнейшие изменения местонахождения консульского учреждения, его класса и консульского округа могут осуществляться представляемым государством только с согласия государства пребывания.

4. Согласие государства пребывания также требуется, если какое-либо генеральное консульство или консульство желает открыть вице-консульство или консульское агентство не в том населенном пункте, где они сами находятся.

5. Предварительно определенно выраженное согласие государства пребывания необходимо также для открытия канцелярии, составляющей часть существующего консульского учреждения, вне местонахождения последнего.

Статья 3
Назначение и допущение главы консульского учреждения

1. До назначения главы консульского учреждения представляемым государством по дипломатическим каналам должно быть получено согласие государства пребывания в отношении предлагаемого лица.

2. Если государство пребывания не дает согласия на назначение какого-либо лица в качестве главы консульского учреждения, оно не обязано сообщать представляемому государству мотивы такого отказа.

3. Представляемое государство направляет по дипломатическим каналам Министерству иностранных дел государства пребывания консульский патент. В этом документе указываются полное имя, фамилия главы консульского учреждения, его гражданство, класс, консульский округ и местонахождение консульского учреждения.

4. По получении консульского патента государство пребывания в возможно короткий срок выдает ему экзекватуру.

5. За исключением случаев, предусмотренных в пункте 6 настоящей статьи и в статье 4, глава консульского учреждения не может приступить к выполнению своих функций до выдачи такой экзекватуры.

6. Государство пребывания может допустить главу консульского учреждения к выполнению его функций на временной основе до выдачи экзекватуры. В этом случае применяются положения настоящей Конвенции.

7. Как только глава консульского учреждения будет допущен, даже временно, к выполнению своих функций, государство пребывания уведомляет об этом компетентные органы консульского округа. Кроме того, оно обеспечивает принятие мер, необходимых для того, чтобы глава консульского учреждения мог исполнять обязанности по своей должности и пользоваться преимуществами, вытекающими из настоящей Конвенции.

Статья 4
Временное выполнение функций главы консульского учреждения

1. Если глава консульского учреждения не может выполнять свои функции, или если должность главы консульского учреждения вакантна, функции главы консульского учреждения могут временно выполняться исполняющим обязанности главы консульского учреждения.

2. Полное имя и фамилия исполняющего обязанности главы консульского учреждения сообщаются Министерству иностранных дел государства пребывания или указанному этим Министерством органу дипломатическим представительством представляемого государства или, если это государство не имеет такого представительства в государстве пребывания, - главой консульского учреждения, или, если

он не в состоянии этого сделать, - любым компетентным органом представляемого государства. Как общее правило, это сообщение делается заранее. Государство пребывания может обусловить своим согласием допущение исполняющего обязанности главы консульского учреждения, который не является ни дипломатическим агентом, ни консульским должностным лицом представляемого государства в государстве пребывания.

3. Компетентные органы государства пребывания оказывают исполняющему обязанности главы консульского учреждения помощь и защиту. Пока он возглавляет учреждение, на него распространяются положения настоящей Конвенции на том же основании, как и на главу соответствующего консульского учреждения. Тем не менее государство пребывания не обязано предоставлять лицу, временно исполняющему обязанности главы учреждения, преимущества, привилегии и иммунитеты, которыми пользуется глава консульского учреждения лишь в силу условий, которым временно исполняющий обязанности главы консульского учреждения не отвечает.

4. Если член дипломатического персонала дипломатического представительства представляемого государства в государстве пребывания назначается представляемым государством в соответствии с положениями пункта 1 настоящей статьи временно исполняющим обязанности главы консульского учреждения, он продолжает пользоваться привилегиями и иммунитетами, которые предоставлены ему в силу его дипломатического статуса, при условии, что государство пребывания против этого не возражает.

Статья 5

Назначение работников консульского персонала

1. С исключениями, предусмотренными в положениях статей 6 и 7, представляемое государство может свободно назначать работников консульского персонала.

2. Представляемое государство заблаговременно сообщает государству пребывания полное имя и фамилию, категорию и класс всех консульских должностных лиц, помимо главы консульского учреждения, с тем, чтобы государство пребывания могло, если оно это пожелает, осуществить свои права, предусмотренные в пункте 3 статьи 7.

3. Государство пребывания выдает после прибытия всем работникам консульского учреждения и членам их семей удостоверение личности, признающее их статус в качестве работников консульского учреждения и членов их семей.

Статья 6

Гражданство консульских должностных лиц

1. Штатным консульским должностным лицом может быть только гражданин представляемого государства.

2. Почетное консульское должностное лицо может быть как гражданином представляемого государства, так и гражданином другого государства.

Статья 7

Лица, объявленные «persona non grata»

1. Государство пребывания может в любое время уведомить представляемое государство по дипломатическим каналам о том, что то или иное консульское должностное лицо является «persona non grata», или что любой работник консульского персонала является неприемлемым. В таком случае представляемое государство должно, соответственно, отозвать это лицо или прекратить его функции в данном консульском учреждении.

2. Если представляемое государство откажется выполнить или же не выполнит в течение разумного срока свои обязательства, предусмотренные в пункте 1 настоящей статьи, государство пребывания может, соответственно, аннулировать экзекватуру, выданную такому лицу, или перестать считать его работником консульского персонала.

3. Лицо, назначенное в качестве работника консульского учреждения, может быть объявлено неприемлемым до прибытия на территорию государства пребывания или, если оно уже находится в государстве пребывания, до того, как оно приступит к исполнению своих обязанностей в консульском учреждении. В любом таком случае представляемое государство аннулирует его назначение.

4. В случаях, упомянутых в пунктах 1 и 3 настоящей статьи, государство пребывания не обязано сообщать мотивы своего решения представляемому государству.

Статья 8

Уведомление государства пребывания о назначениях, прибытии и отбытии

1. Министерство иностранных дел государства пребывания или указанный этим Министерством орган уведомляется:

а) о назначении работников консульского учреждения, их прибытии после назначения в консульское учреждение, об их

окончательном отбытии или о прекращении их функций и обо всех других изменениях, влияющих на их статус, которые происходят во время их работы в консульском учреждении;

б) о прибытии или окончательном отбытии лица, являющегося членом семьи работника консульского учреждения и вместе с ним проживающего, а также, в надлежащих случаях, о том, что то или иное лицо становится или перестает быть таким членом семьи;

с) о прибытии и окончательном отбытии частных домашних работников и, в надлежащих случаях, о прекращении их службы в качестве таковых;

д) о найме и увольнении лиц, проживающих в государстве пребывания в качестве работников консульского учреждения или частных домашних работников, имеющих право на привилегии и иммунитеты.

2. Уведомление о прибытии или окончательном отбытии должно делаться по возможности заблаговременно.

Статья 9

Почетные консульские должностные лица

1. Каждая из Сторон может с согласия другой Стороны назначить для выполнения консульских функций почетное консульское должностное лицо.

2. Местонахождение консульского учреждения, которым руководит почетное консульское должностное лицо, его класс и консульский округ определяются по согласованию с государством пребывания представляемого государства.

3. Частная предпринимательская или иная деятельность почетного консульского должностного лица и его деятельность, связанная с выполнением консульских функций, ведутся отдельно. Консульские архивы учреждения, возглавляемого почетным консульским должностным лицом, хранятся отдельно от документов, не имеющих отношения к выполнению консульских функций.

ГЛАВА III

ПРЕИМУЩЕСТВА, ПРИВИЛЕГИИ И ИММУНИТЕТЫ

Статья 10

Приобретение консульских помещений

1. Представляемое государство имеет право от своего имени или через любое уполномоченное им физическое или юридическое лицо в соответствии с законодательством государства пребывания и с согласия этого государства приобретать в собственность, получать в пользование или вступать во владение в любой другой форме:

а) зданиями или частями зданий, используемыми для консульских помещений, резиденции главы консульского учреждения, а также жилых помещений для любого работника консульского персонала, который не является гражданином государства пребывания или не имеет постоянного местожительства в этом государстве;

б) земельными участками, предназначенными для строительства любых таких консульских и жилых помещений.

2. Государство пребывания в случае необходимости оказывает соответствующую помощь и поддержку представляемому государству при осуществлении прав, указанных в пункте 1 настоящей статьи.

3. Представляемое государство должно соблюдать законодательство государства пребывания, регулиющее расположение, конструкцию зданий и городское планирование.

Статья 11

Защита работников консульских учреждений

1. Государство пребывания обеспечивает все возможности для выполнения функций консульского учреждения.

2. Государство пребывания относится к консульским должностным лицам с должным уважением и принимает все надлежащие меры для предупреждения каких-либо посягательств на личность, свободу и достоинство работников консульского учреждения, не являющихся гражданами государства пребывания и не имеющих в государстве пребывания постоянного местожительства, а также членов семей постоянно проживающих с любым из вышеупомянутых лиц.

Статья 12

Государственный флаг и герб

1. Представляемое государство имеет право пользоваться своим государственным флагом и гербом в государстве пребывания в соответствии с положениями настоящей статьи.

2. Государственный флаг представляемого государства может быть вывешен, и его государственный герб укреплен на здании, занимаемом консульским учреждением, на его входных дверях, а также на резиденции главы консульского учреждения и, когда это связано с исполнением служебных обязанностей, на его средствах передвижения.

3. При осуществлении прав, предусмотренных в настоящей статье, представляемое государство соблюдает законодательство государства пребывания.

Статья 13

Неприкосновенность консульских помещений

1. Консульские помещения неприкосновенны.

2. Власти государства пребывания не могут вступать в ту часть консульских помещений, которая используется исключительно для работы консульского учреждения, иначе как с согласия главы консульского учреждения, назначенного им лица или главы дипломатического представительства представляемого государства. Тем не менее согласие главы консульского учреждения может предполагаться в случае пожара или другого стихийного бедствия, требующего безотлагательных мер защиты. Тем не менее ни при каких условиях эти власти не имеют право нарушать неприкосновенность консульских архивов, изучать и копировать их.

3. На государстве пребывания лежит специальная обязанность принимать все надлежащие меры для защиты консульских помещений от всяких вторжений или нанесения ущерба и для предотвращения всякого нарушения спокойствия консульского учреждения или оскорбления его достоинства.

4. Консульские помещения, предметы их обстановки, имущество консульского учреждения, а также его средства передвижения пользуются иммунитетом от любых видов реквизиции в целях государственной обороны или для общественных нужд государства пребывания. В случае отчуждения для указанных выше целей принимаются все возможные меры во избежание нарушения выполнения консульских функций, и представляемому государству безотлагательно выплачивается соответствующая и эффективная компенсация.

Статья 14

Неприкосновенность консульского архива и документов

Консульские архивы и документы неприкосновенны в любое время и независимо от их местонахождения.

Статья 15

Освобождение консульских помещений от налогов

1. Консульские помещения и резиденция главы консульского учреждения, владельцем или нанимателем которых является представляемое государство или любое лицо, действующее от его имени, освобождаются от всех государственных, районных и муниципальных налогов, сборов и пошлин, за исключением тех, которые представляют собой плату за конкретные виды обслуживания.

2. Налоговые льготы, указанные в пункте 1 настоящей статьи, не распространяются на те сборы, пошлины и налоги, которыми по законодательству государства пребывания облагаются лица, заключившие договор с представляемым государством или с лицом, действующим от его имени.

Статья 16

Свобода передвижения

Поскольку это не противоречит законам и правилам о зонах, въезд в которые запрещается или ограничивается по соображениям государственной безопасности, государство пребывания должно обеспечивать всем работникам консульского учреждения свободу передвижения и путешествий по его территории.

Статья 17

Свобода сношений

1. Государство пребывания разрешает и охраняет свободу сношений консульского учреждения для всех официальных целей. При сношениях с правительством, дипломатическими представительствами и другими консульскими учреждениями представляемого государства, где бы они ни находились, консульское учреждение может пользоваться всеми подходящими средствами, включая дипломатических и консульских курьеров, дипломатические или консульские вализы и закодированные или шифрованные депеши. Однако установить радиопередатчик и пользоваться им консульское учреждение может лишь с согласия государства пребывания.

При пользовании консульским учреждением обычными средствами связи к нему применяются тарифы, действующие в отношении дипломатических представительств.

2. Официальная корреспонденция консульского учреждения неприкосновенна. Под официальной корреспонденцией понимается вся корреспонденция, относящаяся к консульскому учреждению и его функциям.

3. Все места, составляющие консульскую вализу, должны иметь видимые внешние знаки, указывающие на их характер, и могут содержать только официальную корреспонденцию и документы или предметы, предназначенные исключительно для официального пользования.

4. Консульская вализа не подлежит ни вскрытию, ни задержанию. Однако в тех случаях, когда компетентные власти государства пребывания имеют серьезные основания полагать, что в вализе содержится что-то другое, кроме корреспонденции, документов или предметов, перечисленных в пункте 3 настоящей статьи, они могут потребовать, чтобы вализа была вскрыта в их присутствии уполномоченным представителем представляемого государства. В том случае, если власти представляемого государства откажутся выполнить это требование, вализа возвращается в место отправления.

5. Консульский курьер снабжается официальным документом, в котором указываются его статус и число мест, составляющих консульскую вализу. За исключением случаев, когда имеется согласие государства пребывания, он не может быть ни гражданином государства пребывания, ни, если он не является гражданином представляемого государства, лицом, постоянно проживающим в государстве пребывания. При выполнении своих функций он находится под защитой государства пребывания, пользуется личной неприкосновенностью и не подлежит ни аресту, ни задержанию в какой бы то ни было форме.

6. Представляемое государство, его дипломатическое представительство и консульские учреждения могут назначать консульских курьеров "ad hoc". В таких случаях применяются положения пункта 5 настоящей статьи за тем исключением, что упомянутые в нем иммунитеты прекращаются в момент доставки таким курьером вверенной ему консульской вализы по назначению.

7. Консульская вализа может быть вверена капитану судна или командиру воздушного судна представляемого государства, направляющегося в порт или аэропорт, прибытие в который разрешено. Он снабжается официальным документом с указанием числа мест, составляющих вализу, но он не считается консульским курьером. По согласованию с компетентными местными властями консульское учреждение может направить одного из своих работников принять вализу непосредственно и беспрепятственно от капитана судна или командира воздушного судна, а также передать ему такую вализу.

Статья 18

Личная неприкосновенность

1. Консульские должностные лица не подлежат ни аресту, ни предварительному заключению, иначе как на основании постановлений компетентных судебных властей в случае совершения тяжких преступлений.

2. За исключением случаев, упомянутых в пункте 1 настоящей статьи, консульские должностные лица не могут быть заключены в тюрьму и не подлежат никаким другим формам ограничения личной свободы, иначе как во исполнение судебных постановлений, вступивших в законную силу.

3. Если против консульского должностного лица возбуждается уголовное дело, это лицо должно явиться в компетентные органы. Тем не менее при производстве дела ему должно оказываться уважение ввиду его официального положения и, кроме случаев, предусмотренных в пункте 1 настоящей статьи, должно ставиться как можно меньше препятствий выполнению им консульских функций. Когда возникает необходимость задержания консульского должностного лица в соответствии со пунктом 1 настоящей статьи, судебное преследование должно быть начато против него в возможно короткий срок.

Статья 19

Иммунитет от юрисдикции

1. Консульские должностные лица и консульские служащие не подлежат юрисдикции судебных или административных органов государства пребывания в отношении действий, совершаемых ими при выполнении консульских функций.

2. Однако положение пункта 1 настоящей статьи не применяется в отношении гражданского иска:

a) вытекающего из договоров, заключенных консульским должностным лицом или консульским служащим, по которым они прямо или косвенно не приняли на себя обязательство в качестве агента представляемого государства; либо

b) третьей стороны за вред, причиненный несчастным случаем в государстве пребывания, вызванным дорожным транспортным средством, судном или воздушным судном.

Статья 20

Обязанность давать свидетельские показания

1. Работники консульского учреждения могут вызываться в качестве свидетелей при производстве судебных или административных

дел. Консульский служащий или работник обслуживающего персонала, за исключением случаев, упомянутых в пункте 3 настоящей статьи, не может отказываться давать показания. Если консульское должностное лицо отказывается давать показания, к нему не могут применяться никакие меры принуждения или наказания.

2. Орган государства пребывания, которому требуется показание консульского должностного лица, должен избегать причинения помех выполнению этим лицом своих функций. Он может, когда это возможно, выслушивать такие показания на дому у этого лица или в консульском учреждении или же принимать от него письменные показания.

3. Работники консульского учреждения не обязаны давать показания по вопросам, связанным с выполнением ими своих функций, или представлять относящуюся к их функциям официальную корреспонденцию и документы. Они также не обязаны давать показания, разъясняющие законодательство представляемого государства.

Статья 21

Отказ от привилегий и иммунитетов

1. Представляемое государство может отказаться от любых привилегий и иммунитетов работника консульского учреждения, предусмотренных в статьях 18, 19 и 20.

2. За исключением случая, предусмотренного в пункте 3 настоящей статьи, такой отказ всегда должен быть определенно выраженным, и о нем должно быть сообщено государству пребывания в письменной форме.

3. Возбуждение консульским должностным лицом или консульским служащим дела в том случае, когда он мог бы воспользоваться иммунитетом от юрисдикции согласно статье 19, лишает его права ссылаться на иммунитет от юрисдикции в отношении какого бы то ни было встречного иска, непосредственно связанного с основным иском.

4. Отказ от иммунитета от юрисдикции в отношении гражданского или административного дела не означает отказа от иммунитета от исполнительных действий, являющихся результатом судебного решения; в отношении таких действий необходим отдельный отказ.

Статья 22

Освобождение от регистрации и от получения разрешения на жительство

1. Консульские должностные лица, консульские служащие и члены их семей, проживающие вместе с ними, освобождаются от всех обязанностей, предусмотренных законодательством государства пребывания в отношении регистрации иностранцев, и от получения разрешения на жительство.

2. Положения пункта 1 настоящей статьи не применяются, однако к любому консульскому служащему, который не состоит на постоянной службе представляемого государства или который занимается частной деятельностью с целью получения доходов в государстве пребывания, а также к любому члену семьи такого служащего.

Статья 23

Освобождение от получения разрешения на работу

1. Работники консульского учреждения в том, что касается выполнения работы для представляемого государства, освобождаются от любых обязанностей, связанных с получением разрешения на работу, установленных законодательством государства пребывания о найме на работу иностранцев.

2. Частные домашние работники консульских должностных лиц и консульских служащих, если они не занимаются в государстве пребывания никакой другой деятельностью с целью получения доходов, освобождаются от обязанностей, о которых говорится в пункте 1 настоящей статьи.

Статья 24

Изыятия, относящиеся к социальному обеспечению

1. За исключением случаев, предусмотренных в пункте 3 настоящей статьи, законодательство о социальном обеспечении государства пребывания не распространяется на работников консульского учреждения и на членов их семей, проживающих вместе с ними, в том, что касается работы, выполняемой ими для представляемого государства.

2. Изъятие, предусмотренное в пункте 1 настоящей статьи, распространяется также на частных домашних работников, которые находятся исключительно на службе у работников консульского учреждения, при условии:

а) что они не являются гражданами государства пребывания и не проживают в нем постоянно; и

б) что на них распространяются положения законодательства о социальном обеспечении, действующие в представляемом государстве или в третьем государстве.

3. Работники консульского учреждения, нанимающие лиц, на которых не распространяются изъятия, предусмотренные в пункте 2 настоящей статьи, должны выполнять обязательства, налагаемые на нанимателей законодательством о социальном обеспечении государства пребывания.

4. Изъятия, предусмотренные в пунктах 1 и 2 настоящей статьи, не препятствуют добровольному участию в системе социального обеспечения в государстве пребывания при условии, что такое участие разрешается этим государством.

Статья 25

Налоговые изъятия

1. Консульские должностные лица и консульские служащие, а также члены их семей, проживающие вместе с ними, освобождаются от всех налогов, сборов и пошлин, личных и имущественных, государственных, районных и муниципальных, за исключением:

а) косвенных налогов, которые обычно включаются в стоимость товаров или обслуживания;

б) сборов и налогов на частное недвижимое имущество, находящееся на территории государства пребывания, с изъятиями, предусмотренными в положениях статьи 15;

с) налогов на наследственное имущество или пошлин на наследование или налогов на переход имущества, взимаемых государством пребывания с изъятиями, предусмотренными в положениях пункта «ф» статьи 27;

д) налогов и сборов на частный доход, включая доходы с капитала, источник которого находится в государстве пребывания; и налогов на капиталовложения в коммерческие или финансовые предприятия в государстве пребывания;

е) сборов, взимаемых за конкретные виды обслуживания;

ф) регистрационных, судебных и реестровых пошлин, ипотечных сборов, гербовых сборов с изъятиями, предусмотренными в положениях статьи 15.

2. Работники обслуживающего персонала освобождаются от налогов, сборов и пошлин на заработную плату, получаемую ими за свою работу в консульском учреждении.

3. Работники консульского учреждения, нанимающие лиц, заработная плата которых не освобождена от подоходного налога в государстве пребывания, выполняют обязательства, налагаемые законодательством этого государства на нанимателей в том, что касается взимания подоходного налога.

Статья 26

Освобождение от таможенных пошлин и досмотра

1. Государство пребывания, в соответствии с принятым в нем законодательством, разрешает ввоз и освобождает от всех таможенных пошлин, налогов и связанных с этим сборов, за исключением сборов за хранение, перевозку и подобного рода услуги:

а) предметы, предназначенные для официального пользования консульским учреждением;

б) предметы, предназначенные для личного пользования консульским должностным лицом или членами его семьи, проживающими вместе с ним, включая предметы, предназначенные для его обустройства. Количество потребительских товаров не должно превышать количества, необходимого для непосредственного потребления соответствующими лицами.

2. Консульские служащие пользуются привилегиями и иммунитетами, предусмотренными в пункте 1 настоящей статьи, в отношении предметов, ввезенных для их первоначального обустройства.

3. Личный багаж консульских должностных лиц и членов их семей, проживающих вместе с ними, который следует вместе с этими лицами, освобождается от досмотра. Он может быть досмотрен лишь в случае, если есть серьезные основания предполагать, что в нем содержатся предметы иные, чем это указано в подпункте «б» пункта 1 настоящей статьи, или же предметы, ввоз и вывоз которых запрещен законодательством государства пребывания или которые подпадают под его карантинные законы и правила. Такой досмотр должен производиться в присутствии соответствующего консульского должностного лица или члена его семьи.

Статья 27

Наследственное имущество работников консульского учреждения и членов их семей

В случае смерти работника консульского учреждения или члена его семьи, проживающего вместе с ним, государство пребывания:

а) разрешает вывоз движимого имущества умершего, за исключением имущества, которое было приобретено в государстве пребывания и вывоз которого был запрещен на момент его смерти;

б) не взимает никаких государственных, районных и муниципальных налогов на наследство или пошлин на наследование с движимого имущества, которое находится в государстве пребывания исключительно в связи с пребыванием в этом государстве умершего

лица в качестве работника консульского учреждения или члена его семьи.

Статья 28

Освобождение от личных повинностей и обложений

Государство пребывания обязано освобождать работников консульского учреждения и членов их семей, проживающих вместе с ними, от всех трудовых и государственных повинностей, независимо от их характера, а также от воинских повинностей, таких как реквизиция, контрибуция и военный постой.

Статья 29

Начало и конец консульских привилегий и иммунитетов

1. Каждый работник консульского учреждения пользуется привилегиями и иммунитетами, предусмотренными в настоящей Конвенции, с момента его вступления на территорию государства пребывания при следовании к месту своего назначения или, если он уже находится на этой территории, с момента, когда он приступил к выполнению своих обязанностей.

2. Члены семьи работника консульского учреждения, проживающие вместе с ним, и его частные домашние работники, не являющиеся гражданами государства пребывания или постоянно проживающими на территории государства пребывания, пользуются привилегиями и иммунитетами, предусмотренными в настоящей Конвенции, с момента предоставления ему привилегий и иммунитетов в соответствии с пунктом 1 настоящей статьи или с момента вступления их на территорию государства пребывания, или же с того момента, когда они стали членами его семьи или его частными домашними работниками, в зависимости от того, что имело место позднее.

3. Когда функции работника консульского учреждения прекращаются, его привилегии и иммунитеты, а также привилегии и иммунитеты члена его семьи, проживающего вместе с ним, или его частного домашнего работника обычно прекращаются в момент, когда данное лицо оставляет государство пребывания, или по истечении разумного срока, чтобы это сделать, в зависимости от того, какой из этих моментов наступит раньше, но до этого времени они продолжают существовать, даже в случае вооруженного конфликта. Что касается лиц, упомянутых в пункте 2 настоящей статьи, их привилегии и иммунитеты прекращаются, когда они перестают быть членами семьи работника консульского учреждения или оставляют свою службу у него, однако, с оговоркой, что если такие лица намереваются покинуть государство пребывания в течение разумного срока, то их привилегии и иммунитеты сохраняются до момента их отъезда.

4. Однако в отношении действий, совершаемых консульским должностным лицом или консульским служащим при выполнении своих функций, иммунитет от юрисдикции продолжает существовать без ограничения сроком.

5. В случае смерти работника консульского учреждения члены его семьи, проживавшие вместе с ним, продолжают пользоваться предоставленными им привилегиями и иммунитетами до момента оставления ими государства пребывания или до истечения разумного срока на оставление государства пребывания, в зависимости от того, какой из этих моментов наступит раньше.

Статья 30

Уважение законов и правил государства пребывания

1. Все лица, пользующиеся привилегиями и иммунитетами, обязаны без ущерба для их привилегий и иммунитетов уважать законы и правила государства пребывания. Они также обязаны не вмешиваться во внутренние дела этого государства.

2. Консульские помещения не должны использоваться в целях, не совместимых с выполнением консульских функций.

3. Положения пункта 2 настоящей статьи не исключают возможности размещения канцелярий и других органов или учреждений в части здания, где находятся консульские помещения, при условии, что помещения, отведенные таким канцеляриям, будут отделены от помещений, которыми пользуется консульское учреждение. В этом случае указанные канцелярии не являются частью консульских помещений согласно настоящей Конвенции.

Статья 31

Страхование от вреда, причиненного третьим лицам

Работники консульского учреждения должны соблюдать любые требования, предусматриваемые законодательством государства пребывания в отношении страхования от вреда, который может быть причинен третьим лицам в связи с использованием любого дорожного транспортного средства, судна или воздушного судна.

Статья 32

Специальные положения относительно частной деятельности с целью получения доходов

1. Штатные консульские должностные лица не должны заниматься в государстве пребывания какой-либо профессиональной или коммерческой деятельностью с целью получения личных доходов.

2. Привилегии и иммунитеты, предусмотренные в настоящей Конвенции, не предоставляются:

- a) консульским служащим или работникам обслуживающего персонала в отношении частной деятельности с целью получения доходов, которой они занимаются в государстве пребывания;
- b) членам семьи лица, о котором идет речь в подпункте «а» настоящего пункта, или его частным домашним работникам;
- c) членам семьи работника консульского учреждения, которые сами занимаются в государстве пребывания частной деятельностью с целью получения доходов.

Статья 33

Граждане государства пребывания и лица, постоянно проживающие в нем

1. Если консульским должностным лицам, являющимся гражданами представляемого государства, но постоянно проживающим на территории государства пребывания, государство пребывания не предоставляет каких-либо дополнительных преимуществ, привилегий и иммунитетов, они пользуются только иммунитетами от юрисдикции и личной неприкосновенностью в отношении официальных действий, совершаемых ими при выполнении своих функций, и привилегией, предусмотренной в пункте 3 статьи 20. В отношении этих должностных лиц государство пребывания также обязано соблюдать условия, предусмотренные в статье 42 Венской конвенции о консульских сношениях 1963 года. Если против такого консульского должностного лица возбуждается уголовное дело, судебное разбирательство, за исключением тех случаев, когда это лицо арестовано или задержано, должно вестись таким образом, чтобы как можно меньше препятствовать выполнению консульских функций.

2. Работники консульского учреждения, кроме консульских должностных лиц, являющиеся гражданами государства пребывания или постоянно проживающие в нем, и члены их семей пользуются преимуществами, привилегиями и иммунитетами лишь в той степени, в какой они предоставлены им государством пребывания. Члены семей работников консульского учреждения и частные домашние работники, являющиеся гражданами государства пребывания или постоянно проживающими в нем, также пользуются преимуществами, привилегиями и иммунитетами лишь в той степени, в какой они предоставлены им государством пребывания. Государство пребывания, однако, должно осуществлять свою юрисдикцию над этими лицами таким образом, чтобы не создавать ненужных препятствий выполнению функций консульского учреждения.

ГЛАВА IV КОНСУЛЬСКИЕ ФУНКЦИИ

Статья 34

Выполнение консульских функций

Консульские функции выполняются консульскими учреждениями. Они выполняются также дипломатическими представительствами в соответствии с положениями настоящей Конвенции.

Статья 35

Выполнение консульских функций дипломатическим представительством

1. Положения настоящей Конвенции также применяются в той степени, в какой это вытекает из контекста, в случаях выполнения консульских функций дипломатическим представительством представляемого государства.

2. Фамилии сотрудников дипломатического представительства, которые назначены в консульский отдел или которым иным образом поручено выполнение консульских функций представительства, сообщаются Министерству иностранных дел государства пребывания или органу, указанному этим Министерством.

3. При выполнении консульских функций дипломатическое представительство может обращаться:

- a) к местным властям консульского округа;
 - b) к центральным властям государства пребывания в той мере, в какой это разрешает законодательство государства пребывания, а также международные договоры, участниками которых являются обе Стороны.
4. Привилегии и иммунитеты сотрудников дипломатического представительства, о которых говорится в пункте 2 настоящей статьи, продолжают регулироваться нормами международного права, касающимися дипломатических отношений.

Статья 36

Выполнение консульских функций в пределах и за пределами консульского округа, в третьем государстве или от имени третьего государства

1. Консульское должностное лицо имеет право выполнять в пределах своего консульского округа консульские функции, указанные в настоящей Конвенции.
2. Консульское должностное лицо может, с согласия государства пребывания, выполнять консульские функции за пределами своего консульского округа.
3. Представляемое государство может, после уведомления соответствующим государством, поручить консульскому учреждению, открытому в государстве пребывания, выполнение консульских функций в третьем государстве, если не имеется определенно выраженного возражения со стороны государства пребывания.
4. После соответствующего уведомления государства пребывания консульское учреждение представляемого государства может, если государство пребывания не возражает, выполнять консульские функции в государстве пребывания от имени третьего государства.
5. На основании настоящей Конвенции консульские должностные лица Португальской Республики могут выполнять свои функции на территории государства пребывания в пользу граждан других государств-членов Европейского Союза, не имеющих соответствующего консульского учреждения в данном округе, в соответствии с нормами, действующими в этой области между государствами — членами Европейского Союза.
6. На основании настоящей Конвенции консульские должностные лица Российской Федерации могут выполнять свои функции на территории государства пребывания в пользу граждан Республики Беларусь, не имеющей соответствующего консульского учреждения в данном округе.

Статья 37

Консульские функции в целом

С учетом положений других статей настоящей Конвенции консульскими функциями являются:

- a) защита в государстве пребывания интересов представляемого государства, его граждан (физических и юридических лиц) в пределах, допускаемых международным правом;
- b) содействие развитию торговых, экономических, культурных и научных связей между Сторонами, а также содействие развитию дружественных отношений между ними иными путями в соответствии с положениями настоящей Конвенции;
- c) выяснение всеми законными путями условий и событий в торговой, экономической, культурной и научной жизни государства пребывания, сообщение о них правительству представляемого государства и представление сведений заинтересованным лицам;
- d) выдача, аннулирование, исправление, изъятие или задержание паспортов и других проездных документов граждан представляемого государства и выдача, продление или аннулирование виз или соответствующих документов лицам, желающим поехать в представляемое государство;
- e) оказание помощи и содействия гражданам (физическим и юридическим лицам) представляемого государства;
- f) исполнение обязанностей нотариуса, регистратора актов гражданского состояния и других подобных обязанностей, а также выполнение некоторых функций административного характера; при условии, что в этом случае ничто не противоречит законодательству государства пребывания;
- g) охрана интересов граждан (физических и юридических лиц) представляемого государства в случае преемства «mortis causa» на территории государства пребывания в соответствии с законодательством государства пребывания;
- h) охрана в рамках, установленных законодательством государства пребывания, интересов несовершеннолетних и иных лиц, не обладающих полной дееспособностью, которые являются гражданами представляемого государства, в особенности, когда требуется установление над такими лицами какой-либо опеки или попечительства;
- i) с соблюдением практики и порядка, принятых в государстве пребывания, представительство или обеспечение надлежащего представительства граждан представляемого государства в судебных и иных компетентных органах государства пребывания с целью получения, в соответствии с законодательством государства пребывания, распоряжений о предварительных мерах, ограждающих права и интересы этих граждан, если, в связи с отсутствием или по другим причинам, такие граждане не могут своевременно осуществить защиту своих прав и интересов;
- j) передача судебных и несудебных документов, исполнение поручений компетентных органов представляемого государства об оказании правовой помощи в соответствии с действующими международными договорами или, при отсутствии таких договоров, в любом ином порядке, не противоречащем законодательству государства пребывания;

k) осуществление предусматриваемых законодательством представляемого государства прав надзора и инспекции в отношении судов и воздушных судов представляемого государства, а также в отношении их экипажей;

l) оказание помощи судам и воздушным судам, упомянутым в пункте «к» настоящей статьи, и их экипажам, принятие заявлений относительно плавания судов, осмотр и оформление судовых документов и, без ущерба для прав властей государства пребывания, расследование любых происшествий, имевших место в пути, и оказание содействия в разрешении всякого рода споров между капитаном и другими членами экипажа, поскольку это предусматривается законодательством представляемого государства;

m) выполнение любых других функций, возложенных на консульское учреждение представляемым государством, которые не запрещаются законодательством государства пребывания или против выполнения которых государство пребывания не имеет возражений или же которые предусмотрены международными договорами, действующими между Сторонами.

Статья 38

Консульский доступ

1. Консульские должностные лица могут свободно сноситься с гражданами представляемого государства и иметь доступ к ним. Граждане представляемого государства имеют такую же свободу в том, что касается сношений с консульскими должностными лицами представляемого государства и доступа к ним.
2. Консульские должностные лица могут обращаться к компетентным властям государства пребывания за содействием в розыске пропавших без вести граждан представляемого государства.

Статья 39

Функции в отношении ареста и судебного разбирательства

1. Если гражданин представляемого государства арестован на территории консульского округа, компетентные органы государства пребывания безотлагательно уведомляют об этом консульское учреждение представляемого государства.
2. Любое сообщение, адресуемое этому консульскому учреждению гражданином представляемого государства, находящимся под арестом, безотлагательно передается компетентными органами государства пребывания этому консульскому учреждению.
3. Консульское должностное лицо имеет право посещать находящегося под арестом гражданина представляемого государства для беседы с ним, а также с целью передачи ему, при получении разрешения компетентных властей государства пребывания, корреспонденции и посылок, адресатом которых он является, оказания ему необходимого содействия и принятия мер для обеспечения для него юридического представительства.
4. Консульские должностные лица воздерживаются от принятия любых мер от имени находящегося под арестом гражданина представляемого государства, если данный гражданин в присутствии консульского должностного лица прямо возражает против таких действий.
5. Компетентные органы государства пребывания информируют граждан представляемого государства, содержащихся под стражей или подлежащих суду или иному разбирательству, о положениях настоящей статьи, о чем делается соответствующая запись в материалах процессуального производства.
6. В настоящей статье ссылка на лицо, находящееся под арестом, включает ссылку на лицо, содержащееся под стражей, арестованное или подвергнутое какой-либо иной форме ограничения свободы личности, включая лицо, ожидающее судебного разбирательства или отбывающее наказание на территории государства пребывания.
7. Права, изложенные в настоящей статье, осуществляются в соответствии с законодательством государства пребывания при условии, что это законодательство способствует полному достижению целей, для которых предназначены эти права.

Статья 40

Выполнение нотариальных функций

Консульское должностное лицо имеет право, если это соответствует законодательству представляемого государства и не противоречит законодательству государства пребывания, производить в консульском учреждении следующие действия:

- a) принимать, составлять и удостоверить заявления граждан представляемого государства;
- b) составлять, удостоверить и хранить завещания граждан представляемого государства;
- c) составлять или удостоверить сделки, заключаемые между гражданами представляемого государства, и удостоверить односторонние сделки;
- d) составлять или удостоверить сделки между гражданами представляемого государства и гражданами государства пребывания,

если эти сделки касаются исключительно интересов, находящихся на территории представляемого государства, или подлежат исполнению на территории этого государства;

- e) удостоверить копии, переводы и выписки из этих документов;
- f) удостоверить подписи граждан представляемого государства;
- g) принимать на хранение имущество и документы от граждан представляемого государства или предназначенные для этих граждан;
- h) совершать другие нотариальные действия, относящиеся к функциям консульского должностного лица.

Статья 41 Функции в отношении наследства

1. Компетентные органы государства пребывания безотлагательно уведомляют консульское должностное лицо о смерти на территории его консульского округа лица, которое этим органам известно как гражданин представляемого государства, а также информируют консульское должностное лицо о наличии наследственного имущества, завещания, а также о том, что какое-либо лицо, находящееся или представленное на территории государства пребывания, назначено распорядителем этого имущества.

2. Компетентные органы государства пребывания безотлагательно информируют консульское должностное лицо о наследственном имуществе, оставленном на территории государства пребывания, в том случае, когда наследником или отказополучателем является представляемое государство, юридическое лицо представляемого государства или лицо, которое известно этим компетентным органам как гражданин представляемого государства.

3. Если консульское должностное лицо первым узнает о смерти на территории государства пребывания гражданина представляемого государства или о наличии на территории государства пребывания наследственного имущества, оставленного покойным гражданином представляемого государства, оно информирует об этом компетентные органы государства пребывания.

4. Консульское должностное лицо в отношении вопросов наследственного имущества, упомянутого в подпунктах 1, 2 и 3 настоящей статьи, а также в той степени, в какой это допустимо в соответствии с законодательством государства пребывания, имеет право:

- a) просить государство пребывания принять меры или же лично предпринять шаги по обеспечению защиты, сохранности и распоряжению этим наследственным имуществом;
- b) присутствовать или каким-либо иным образом участвовать в принятии мер, о которых говорится в подпункте «а» настоящего пункта;
- c) обеспечивать представительство гражданина представляемого государства, имеющего законный интерес в этом имуществе, который не присутствует в государстве пребывания и не имеет в нем представителя.

5. В том случае, когда в соответствии с подпунктом «с» пункта 4 настоящей статьи принимаются меры по обеспечению представительства, это представительство действует до тех пор, пока представленные таким образом лица не назначат своих собственных представителей или не возьмут на себя ответственность за защиту своих прав и интересов.

6. Если гражданин представляемого государства скончается в период нахождения на территории государства пребывания, при этом не имея в этом государстве постоянного местожительства, консульское должностное лицо с учетом законодательства представляемого государства может временно вступить во владение и распорядиться документами, деньгами и другим личным имуществом умершего при том условии, что на территории государства пребывания нет лица, имеющего права претендовать на такие документы, деньги или личное имущество. Права временного владения передаются в соответствии с законодательством государства пребывания должным образом назначенному распорядителю или иному уполномоченному лицу.

7. Представляемое государство и государство пребывания содействуют передаче наследства:

- a) путем выдачи разрешения на вывоз и ввоз предметов, являющихся частью наследственного имущества, в тех случаях, когда вывоз и ввоз этих предметов прямо не запрещен законодательством государства, от которых требуется выдача разрешения на ввоз или вывоз;
- b) путем выдачи разрешения на реализацию любой части наследственного имущества, которая не может быть вывезена или ввезена в соответствии с положением подпункта «а» настоящего пункта;
- c) путем выдачи разрешения на перевод чистой выручки от такой реализации за вычетом вознаграждений, налогов и пошлин наследнику или отказополучателю в государстве его местожительства в любой свободно конвертируемой валюте.

8. Консульское должностное лицо может от имени гражданина представляемого государства, если такой гражданин не находится на территории государства пребывания, получать от компетентных органов государства пребывания или отдельных лиц деньги или иную собственность, на которую данный гражданин имеет право в связи со смертью любого лица, включая наследственное имущество, платежи, сделанные в соответствии с законодательством о выплате компенсаций в связи с несчастными случаями, а также платежи по страховым полисам в связи со страхованием жизни.

Статья 42 Функции в отношении вопросов гражданства

Консульские должностные лица выполняют свои функции в отношении вопросов гражданства в соответствии с законодательством представляемого государства и если это не противоречит законодательству государства пребывания.

Консульское должностное лицо:

- a) регистрирует и ведет учет граждан представляемого государства;
- b) принимает заявления и ходатайства;
- c) получает, выдает или вручает документы, касающиеся вопросов гражданства представляемого государства, в соответствии с законодательством представляемого государства.

Статья 43 Функции в отношении вопросов гражданского состояния

1. Консульское должностное лицо имеет право в соответствии с законодательством представляемого государства и при условии, что это не противоречит законодательству государства пребывания осуществлять действия по регистрации актов гражданского состояния в отношении граждан представляемого государства:

- a) рождения и смерти;
- b) установления отцовства и усыновления (удочерения);
- c) изменения имени;
- d) заключения и расторжения брака в соответствии с законодательством представляемого государства при условии, что оба лица являются гражданами представляемого государства.

2. Консульское должностное лицо имеет право получать из компетентных органов государства пребывания сообщения, копии или выписки из документов, касающихся актов гражданского состояния граждан представляемого государства.

3. Положения пункта 1 настоящей статьи не освобождают соответствующих лиц от каких-либо обязательств, вытекающих из законодательства государства пребывания.

Статья 44 Функции в отношении опеки и попечительства

1. В соответствии с законодательством представляемого государства и в пределах, допускаемых законодательством государства пребывания, консульское должностное лицо может обращаться к компетентным органам государства пребывания для защиты интересов своих граждан во всех вопросах установления опеки и попечительства и для обеспечения управления их имуществом в случае их отсутствия, а также предлагать компетентным органам государства пребывания кандидатуры для выполнения опекунских и попечительских функций.

2. Консульское должностное лицо имеет право запрашивать у компетентных органов государства пребывания информацию о назначенных опекунах и попечителях, а также периодический отчет об осуществлении опеки и попечительства над гражданами представляемого государства.

3. Компетентные органы государства пребывания безотлагательно информируют консульское должностное лицо о необходимости назначения опекуна или попечителя гражданину представляемого государства.

Статья 45 Оказание помощи судам

1. Консульское должностное лицо имеет право оказывать надлежащую помощь и поддержку судну представляемого государства, находящемуся в порту или на иной якорной стоянке в государстве пребывания или же во внутренних водах и территориальном море государства пребывания.

2. Консульское должностное лицо имеет право встречаться и сноситься с капитаном и другими членами экипажа на судне и в любом другом месте в соответствии с законодательством государства пребывания.

3. Консульское должностное лицо может обращаться к компетентным органам государства пребывания и просить их поддержки в осуществлении его функции в отношении всех вопросов, касающихся судна представляемого государства, а также в отношении капитана, других членов экипажа и груза.

Статья 46 Оказание помощи капитану и экипажу

1. В той мере, в какой нижеследующие действия не противоречат законодательству государства пребывания, консульское должностное лицо имеет право:

- a) расследовать любые инциденты, имеющие место на борту судна представляемого государства, опрашивать капитана и любого другого члена экипажа в связи с такими инцидентами, проверять судовые документы, получать информацию относительно рейса и пункта

назначения судна, а также оказывать помощь в связи с прибытием и отбытием судна и его нахождением в порту;

b) содействовать в пределах своей компетенции в разрешении споров между судовладельцем, капитаном и другими членами экипажа, включая споры в отношении договоров о найме и условий труда;

c) выполнять формальности, связанные с наймом и увольнением капитана или других членов экипажа;

d) оказывать содействие в предоставлении необходимой медицинской помощи капитану, другим членам экипажа и пассажирам судна, а также принимать меры к их возвращению в представляемое государство;

e) в соответствии с законодательством представляемого государства получать, оформлять, составлять, заверять или продлевать срок действия любого заявления или иного документа в отношении судна представляемого государства или его груза;

f) в соответствии с законодательством представляемого государства выдавать временные свидетельства о праве плавания под флагом представляемого государства в случае приобретения судна за границей;

g) принимать другие меры для применения законодательства представляемого государства в отношении торгового судоходства.

2. Консульское должностное лицо имеет право, в соответствии с законодательством государства пребывания, сопровождать капитана или любого другого члена экипажа в компетентных органах государства пребывания для оказания им помощи.

Статья 47

Защита интересов в случае проведения расследования на борту судна

1. Уголовная юрисдикция государства пребывания не должна осуществляться на борту судна представляемого государства, проходящего через территориальное море, для ареста какого-либо лица или производства расследования в связи с любым преступлением, совершенным на борту судна во время его прохода, за исключением случаев:

a) если последствия преступления распространяются на государство пребывания;

b) если преступление имеет такой характер, что им нарушается спокойствие в государстве пребывания или порядок в территориальном море;

c) если капитан судна, дипломатический агент или консульское должностное лицо представляемого государства обратится к местным властям с просьбой об оказании помощи; или

d) если такие меры необходимы для пресечения незаконной торговли наркотическими средствами или психотропными веществами.

2. Изложенные выше положения не затрагивают права государства пребывания принимать любые меры, разрешаемые его законами, для ареста или расследования на борту судна представляемого государства, проходящего через территориальное море после выхода из внутренних вод.

3. Если компетентные органы государства пребывания намерены принять принудительные меры или провести расследование на борту судна представляемого государства, находящегося во внутренних водах или территориальном море государства пребывания, консульское должностное лицо должно заранее уведомляться об этом компетентными властями государства пребывания с тем, чтобы оно имело возможность присутствовать при принятии таких мер. Если консульское должностное лицо или его представитель не присутствует при принятии таких мер, компетентные органы государства пребывания по его просьбе предоставляют ему информацию в отношении того, что имело место. Если срочный характер мер, которые необходимо принять, не позволяет направить заблаговременное уведомление консульскому должностному лицу, компетентные органы государства пребывания информируют консульское должностное лицо в письменной форме об этом факте и принятых мерах даже при отсутствии соответствующей просьбы консульского должностного лица.

4. Положения пункта 1 настоящей статьи также применяются в том случае, когда компетентные органы государства пребывания вызывают капитана или какого-либо другого члена экипажа судна представляемого государства для дачи показаний на берегу по вопросам, касающимся судна.

5. За исключением тех случаев, когда это осуществляется по просьбе или с разрешения консульского должностного лица или капитана судна представляемого государства, компетентные органы государства пребывания не вмешиваются на борту судна представляемого государства во внутренние дела судна по вопросам, касающимся взаимоотношений между членами экипажа, трудовых отношений, дисциплины на борту судна и других мероприятий внутреннего характера, имеющих отношение к судну, при условии, что при этом не нарушаются законы и правила, касающиеся обеспечения спокойствия и безопасности государства пребывания.

6. Положения настоящей статьи не применяются, однако, к обычным мерам, связанным с таможенным досмотром,

иммиграционным, паспортным и санитарным контролем, или к другим мерам, принимаемым компетентными органами государства пребывания по просьбе или с согласия капитана судна. Настоящая статья не затрагивает права и обязанности Сторон, вытекающие из международных договоров, действующих между ними.

Статья 48

Помощь в случае аварий судов

1. Если судно представляемого государства потерпит кораблекрушение, сядет на мель, будет выброшено на берег или потерпит какую-либо другую аварию в государстве пребывания, компетентные органы государства пребывания безотлагательно информируют об этом консульское должностное лицо и сообщают ему о мерах, принятых для спасения пассажиров, экипажа, судна и его груза.

2. Консульское должностное лицо может оказывать помощь судну представляемого государства, членам его экипажа и пассажирам судна, либо просить государство пребывания оказать такую помощь.

3. Если владелец судна представляемого государства, капитан или другое уполномоченное лицо не в состоянии принять необходимые меры для обеспечения охраны и спасения судна или его груза или для того, чтобы распорядиться ими, консульское должностное лицо представляемого государства от имени владельца либо принимает такие меры, которые принял бы владелец судна или груза в таком случае, либо обращается к государству пребывания с просьбой принять такие меры.

4. Положения пунктов 1, 2 и 3 настоящей статьи применяются также в отношении предметов, принадлежащих гражданину представляемого государства или третьего государства, и которые были найдены на берегу или в водах государства пребывания или были доставлены в порт государства пребывания.

5. Компетентные органы государства пребывания оказывают всю необходимую помощь консульскому должностному лицу при принятии мер, связанных со спасением судна представляемого государства.

6. Судно представляемого государства, потерпевшее аварию, а также его груз и имущество освобождаются от таможенных налогов, сборов и пошлин, в соответствии с законодательством государства пребывания, в государстве пребывания до тех пор, пока они не стали использоваться или были проданы.

Статья 49

Функции в отношении воздушных судов

Статьи 45-48 настоящей Конвенции применяются также в отношении воздушных судов в той мере, в какой они не противоречат любому международному договору по гражданской авиации, участниками которого являются обе или одна из Сторон.

Статья 50

Функции в отношении проведения выборов и референдумов

1. Консульское должностное лицо может образовывать в консульских учреждениях и консульском отделе дипломатического представительства избирательные участки для участия граждан представляемого государства в выборах и референдумах в представляемом государстве.

2. В случае если при проведении референдумов или выборов в органы государственной власти представляемого государства в помещениях консульского учреждения образуется избирательный участок для организации голосования граждан представляемого государства, консульское должностное лицо официально информирует об этом власти консульского округа. Дополнительные избирательные участки вне помещений консульского учреждения образуются только с согласия компетентных органов государства пребывания, и если это не противоречит законодательству государства пребывания.

Статья 51

Сношения с органами государства пребывания

При выполнении своих функций консульские должностные лица могут обращаться:

a) в компетентные местные органы своего консульского округа;

b) в компетентные центральные органы государства пребывания в той степени, в какой это допускается законодательством государства пребывания или соответствующими международными договорами.

Статья 52

Консульские сборы

1. Консульское учреждение может взимать за совершение консульских действий на территории государства пребывания сборы и

пошлины, предусматриваемые законодательством представляемого государства.

2. Суммы, собираемые в форме сборов и пошлин, о которых упоминается в пункте 1 настоящей статьи, освобождаются в государстве пребывания от всех налогов, сборов и пошлин.

3. Государство пребывания разрешает консульскому учреждению зачислять собранные таким образом суммы на его банковский счет.

Статья 53

Прекращение функций работников консульского учреждения

Функции работника консульского учреждения прекращаются, в частности:

- по уведомлению государства пребывания представляемым государством о том, что его функции прекращаются;
- по аннулированию экзекватуры;
- по уведомлении государством пребывания представляемого государства о том, что государство пребывания перестало считать его работником консульского персонала.

Статья 54

Отбытие из государства пребывания

Государство пребывания должно, даже в случае вооруженного конфликта, предоставить работникам консульского учреждения и частным домашним работникам, не являющимся гражданами государства пребывания или постоянно проживающими на его территории иностранными гражданами, а также членам их семей, проживающим вместе с ними, независимо от их гражданства, время и условия, необходимые для того, чтобы они могли подготовиться к отъезду и выехать как можно скорее после прекращения функций соответствующих работников. В частности, оно должно предоставить в случае необходимости в их распоряжение транспортные средства, которые требуются для них самих или для их имущества, приобретенного в государстве пребывания, вывоз которого во время отбытия не запрещен.

Статья 55

Охрана консульских помещений и архива, а также интересов представляемого государства при исключительных обстоятельствах

- В случае разрыва консульских отношений между Сторонами:
 - государство пребывания должно, даже в случае вооруженного конфликта, уважать и охранять консульские помещения, а также имущество консульского учреждения и консульский архив;
 - представляемое государство можетверить охрану консульских помещений, а также имущества, которое в них находится, и консульского архива третьему государству, приемлемому для государства пребывания;
 - представляемое государство можетверить защиту своих интересов и интересов своих граждан третьему государству, приемлемому для государства пребывания.

2. В случае временного или окончательного закрытия консульского учреждения применяются положения подпункта «а» пункта 1 настоящей статьи. Кроме того:

- если представляемое государство не имеет в государстве пребывания дипломатического представительства, но имеет на территории этого государства другое консульское учреждение, этому консульскому учреждению может быть вверена охрана помещений закрытого консульского учреждения вместе с находящимися в них имуществом и консульским архивом и, с согласия государства пребывания, выполнение консульских функций в округе этого консульского учреждения;
- если представляемое государство не имеет в государстве пребывания ни дипломатического представительства, ни другого консульского учреждения, применяются положения подпунктов «b» и «с» пункта 1 настоящей статьи.

ГЛАВА V

РЕЖИМ, ПРИМЕНЯЕМЫЙ К ПОЧЕТНЫМ КОНСУЛЬСКИМ ДОЛЖНОСТНЫМ ЛИЦАМ И КОНСУЛЬСКИМ УЧРЕЖДЕНИЯМ, ВОЗГЛАВЛЯЕМЫМ ТАКИМИ ДОЛЖНОСТНЫМИ ЛИЦАМИ

Статья 56

Общие положения, относящиеся к преимуществам, привилегиям и иммунитетам

1. Статьи 10, 12, 16, 17, пункты 2 и 3 статьи 30, статьи 51 и 52 распространяются на консульские учреждения, возглавляемые почетными консульскими должностными лицами.

2. Статьи 19, пункт 3 статьи 20, статьи 21, 29 и пункт 1 статьи 30 распространяются на почетных консульских должностных лиц.

3. Привилегии и иммунитеты, предусматриваемые настоящей Конвенцией, не предоставляются членам семьи почетного консульского

должностного лица или консульского служащего, работающего в консульском учреждении, возглавляемом почетным консульским должностным лицом.

4. Обмен консульскими вализами между двумя консульскими учреждениями, возглавляемыми почетными консульскими должностными лицами и находящимися в разных государствах, не будет разрешаться без согласия двух соответствующих государств пребывания.

Статья 57

Защита консульских помещений

Государство пребывания обязано принимать все необходимые меры для защиты консульских помещений консульского учреждения, возглавляемого почетным консульским должностным лицом, от всякого вторжения или нанесения ущерба и для предотвращения всякого нарушения спокойствия консульского учреждения или оскорбления его достоинства.

Статья 58

Освобождение консульских помещений от налогов

1. Консульские помещения консульского учреждения, возглавляемого почетным консульским должностным лицом, владельцем или нанимателем которых является представляемое государство, освобождаются от всех государственных, районных и муниципальных налогов, сборов и пошлин, за исключением тех, которые представляют собой плату за конкретные виды обслуживания.

2. Освобождение от налогов, о котором говорится в пункте 1 настоящей статьи, не распространяется на такого рода сборы, пошлины и налоги, если, согласно законодательству государства пребывания, они должны уплачиваться лицом, заключившим договор с представляемым государством.

Статья 59

Неприкосновенность консульского архива и документов

Консульский архив и документы консульского учреждения, возглавляемого почетным консульским должностным лицом, неприкосновенны в любое время и независимо от их местонахождения, при условии, что они хранятся отдельно от других бумаг и документов и, в том числе, от частной корреспонденции главы консульского учреждения и любого лица, которое с ним работает, а также от материалов, книг и документов, относящихся к их профессии или занятию.

Статья 60

Освобождение от таможенных пошлин

Государство пребывания, действуя в соответствии со своим законодательством, разрешает ввоз и освобождает от уплаты всех таможенных пошлин, налогов и связанных с этим сборов (за исключением сборов за хранение, перевозку и подобного рода услуги) следующие предметы, при условии, что они предназначены для официального пользования консульским учреждением, возглавляемым почетным консульским должностным лицом: государственные гербы, флаги, вывески, печати и штампы, книги, официальные печатные материалы, канцелярскую мебель, канцелярское оборудование и другие подобные предметы, получаемые консульским учреждением из представляемого государства или по требованию последнего.

Статья 61

Уголовные дела

Если против почетного консульского должностного лица возбуждается уголовное дело, это лицо должно явиться в компетентные органы. Тем не менее, при производстве дела ему должно оказываться уважение ввиду его официального положения и, за исключением случаев, когда он арестован или задержан, должно ставиться как можно меньше препятствий выполнению им консульских функций. Когда возникает необходимость задержать почетное консульское должностное лицо, судебное преследование против него должно быть начато в возможно короткий срок.

Статья 62

Защита почетных консульских должностных лиц

Государство пребывания обязано предоставлять почетному консульскому должностному лицу такую защиту, которая может потребоваться в связи с занимаемым им официальным положением.

Статья 63

Освобождение от регистрации иностранцев и от получения разрешения на жительство

Почетные консульские должностные лица, за исключением тех, которые занимаются в государстве пребывания профессиональной или

коммерческой деятельностью с целью получения личных доходов, освобождаются от всех обязанностей, налагаемых законодательством государства пребывания в связи с регистрацией иностранцев и получением разрешения на жительство.

Статья 64
Налоговое изъятие

В случае если почетное консульское должностное лицо получает от представляемого государства вознаграждение и заработную плату за выполнение консульских функций, то эти вознаграждение и заработная плата освобождаются от всех налогов.

Статья 65
Освобождение от личных повинностей и обложений

Государство пребывания должно освобождать почетных консульских должностных лиц от всех трудовых и государственных повинностей, независимо от их характера, а также от воинских повинностей, таких как реквизиции, военные контрибуции и военной постой.

ГЛАВА VI
ЗАКЛЮЧИТЕЛЬНЫЕ ПОЛОЖЕНИЯ

Статья 66
Вступление в силу и срок действия

1. Настоящая Конвенция вступает в силу через 30 дней с получения последнего письменного уведомления Сторон о выполнении внутригосударственных процедур, необходимых для ее вступления в силу.

2. Настоящая Конвенция является бессрочной и остается в силе до истечения 60 дней с даты, когда одна из Сторон по дипломатическим каналам письменно уведомит другую Сторону о своем намерении прекратить действие настоящей Конвенции.

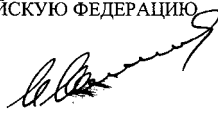
В подтверждение чего полномочные представители поставили свои подписи под текстом настоящей Конвенции.

Совершено в Москве « 26 » октября 2001 года в двух экземплярах, каждый на португальском и русском языках, причем оба текста имеют одинаковую силу.

ЗА
ПОРТУГАЛЬСКУЮ РЕСПУБЛИКУ



ЗА
РОССИЙСКУЮ ФЕДЕРАЦИЮ



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto-Lei n.º 58/2003

de 1 de Abril

A Comissão Nacional da UNESCO, criada pelo Decreto-Lei n.º 218/79, de 17 de Julho, acolheu uma primeira alteração na respectiva estrutura orgânica com a publicação do Decreto-Lei n.º 103/89, de 30 de Março.

Passados 12 anos sobre o início de vigência do actual diploma orgânico, verifica-se um notório incremento na dinamização da cooperação e intercâmbio internacional, nomeadamente nos domínios da educação, cultura, ciência e tecnologia, que propiciou o surgimento de novas realidades, desafios e exigências cuja resposta justifica uma adaptação da actual moldura jurídica.

A nova lei, que agora se aprova, visa, por um lado, racionalizar a orgânica da Comissão por forma a torná-la mais flexível e eficaz, aproveitando, para esse efeito, a experiência entretanto colhida do seu funcionamento, e, por outro, promover um eficaz dispêndio de recursos

públicos, dando cumprimento à reestruturação prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 16-A/2002, de 16 de Maio.

Com estes objectivos, leva-se a cabo uma alteração da estrutura da Comissão, reordenando e especificando as suas atribuições, aligeirando a sua estrutura orgânica, centrada agora em apenas três órgãos (presidente, conselho consultivo — de composição reduzida — e conselho administrativo), evitando-se, deste modo, a dispersão ou duplicação de competências funcionais.

Os serviços articulam-se através de duas estruturas orgânicas constituídas pela Secção Administrativa e Financeira e pela Divisão de Biblioteca e Documentação, que deve servir o maior leque possível de utilizadores.

Em termos estritamente financeiros, também se realça a abolição das denominadas senhas de presença para os membros do conselho consultivo e a consagração, na estrutura permanente da Comissão, de apenas dois cargos dirigentes.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Natureza e atribuições

Artigo 1.º

Natureza

A Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), adiante designada por Comissão, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, sob tutela e superintendência do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Artigo 2.º

Atribuições

A Comissão tem como atribuições prosseguir genericamente os fins previstos no artigo VII do Acto Constitutivo da UNESCO, cuja convenção foi aprovada, para adesão, pelo Decreto-Lei n.º 46 221, de 11 de Março de 1965, e, em especial:

- Emitir pareceres e fazer recomendações relativas aos programas e actividades da UNESCO;
- Colaborar com a Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO;
- Estabelecer ligações com o Secretariado da UNESCO, com as comissões nacionais dos Estados membros e com organismos de cooperação;
- Participar na preparação e organização da delegação portuguesa às conferências gerais e a outras conferências ou actividades da UNESCO;
- Organizar e participar em reuniões de carácter nacional ou internacional relacionadas com os objectivos da UNESCO;
- Divulgar e prestar informações relativas aos objectivos e às actividades da UNESCO e manter contacto permanente com instituições, organizações governamentais e não governamentais, bem como individualidades nacionais e estrangeiras;